

Pedro Masson Sesconetto Souza

**O efeito da raça na opinião pública brasileira:
uma análise utilizando diferentes formas de
classificação racial**

Brasília

2018

Pedro Masson Sesconetto Souza

O efeito da raça na opinião pública brasileira: uma análise utilizando diferentes formas de classificação racial

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora

Prof. Ph.D. Mathieu Turgeon
Orientador

Prof. André Borges

Prof. Flávio Cireno Fernandes

Brasília
2018

Agradecimentos

Estudar é uma das atividades mais emancipatórias que podem ser realizadas pelo ser humano, por isso, agradeço primeiramente às pessoas que me incentivaram e me ensinaram esse valor: meu pai, Daniel, e minha mãe, Tânia. Essa dissertação e tudo que eu faço de relevante nessa vida, sempre foi, é e sempre será dedicado a vocês dois.

Agradeço, pelo afeto ilimitado e prazeroso, a minha irmã, Gabriela, e a meu afilhado, Guga. Vocês são essenciais para minha felicidade.

Agradeço também ao Professor Mathieu Turgeon, o responsável por me tornar, de fato, um cientista político. Seu rigor aliado com sua sensibilidade e amizade, fez com que essa tarefa fosse árdua, porém gratificante e possível.

Na elaboração dessa dissertação contei com a ajuda dos meus amigos e colegas de trabalho. Por isso agradeço ao Álvaro, pela ajuda em diversos momentos, além das ideias que trocamos sobre a temática. Agradeço também ao Danilo Cardoso, pela ajuda final neste trabalho. Pedro Palotti, Flávio Cireno, Marco Marinho e Flávio Vitória, agradeço vocês pelas dicas e ensinamentos, e por me cobrirem alguns dias nas minhas tarefas na ENAP. Sem essa ajuda com certeza não conseguiria terminar essa dissertação.

Por fim agradeço a todos os meus amigos do coração e a toda a minha família, que fazem do meu viver algo agradável e feliz.

Resumo

Essa dissertação analisa o efeito da raça sobre a opinião pública brasileira utilizando duas formas de classificação racial diferentes, em dois contextos diferentes: as universidades federais e o âmbito nacional. Tendo em vista a peculiaridade da formação racial brasileira, o trabalho faz um comparativo com estudos realizados nos Estados Unidos, e responde a pergunta se é possível estudar atitudes raciais no Brasil. Os resultados encontrados em relação à diferença dos efeitos das raças sobre a probabilidade de apoio a enunciados escolhidos são maior entre brancos e pretos, do que entre brancos e pardos e do que entre brancos e negros. Também encontra-se diferenças maiores no caso das universidades do que na pesquisa realizada nacionalmente, indicando que a identificação das pessoas com grupos raciais está ligada a um maior grau de escolaridade, ou a um ambiente onde a discussão racial é mais presente. A partir dos resultados é possível dizer que os estudos das atitudes raciais no Brasil são passíveis de serem realizados, porém precisam partir de pressupostos teóricos diferentes dos estudos realizados nos Estados Unidos, além de se valer de estratégias metodológicas diversas capazes de aumentar a diferença de opinião entre as categorias raciais.

Palavras-chaves: opinião pública; raça; formação racial; efeitos da raça; atitudes raciais.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Apoio por raça aos enunciados - Ternária - Universidades	27
Figura 2 – Apoio por raça aos enunciados - Binária - Universidades	29
Figura 3 – Apoio por raça aos enunciados - Ternária - Nacional	30
Figura 4 – Apoio por raça aos enunciados - Binária - Nacional	32
Figura 5 – Efeito marginal das raça por enunciado - Ternária - Universidade	34
Figura 6 – Efeito marginal das raças por enunciado - Binária - Universidade	36
Figura 7 – Efeito marginal das raça por enunciado - Ternária - Nacional	38
Figura 8 – Efeito marginal das raça por enunciado - Binária - Nacional	41
Figura 9 – Distribuição das opiniões - Cotas Positivo	57
Figura 10 – Distribuição das opiniões - Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais	57
Figura 11 – Valor Positivo das Cotas - Universidades	59
Figura 12 – Valor Positivo das Cotas - Universidades	60
Figura 13 – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais - Universidades	61
Figura 14 – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais - Universidades	62

Lista de tabelas

Tabela 1 – Enunciados Universidades	22
Tabela 2 – Enunciados Pesquisa Nacional	23
Tabela 3 – Variável e Carga Fatorial do Fator 1 retirado – Cotas Positivo	55
Tabela 4 – Variável e Carga Fatorial do Fator 1 retirado – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais	56
Tabela 5 – Classes para o Índice - “Cotas Positivo”	58
Tabela 6 – Classes para o Índice - “Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais”	59

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	A FORMAÇÃO RACIAL BRASILEIRA	10
3	OS ESTUDOS SOBRE A O PAPEL DA RAÇA NA OPINIÃO PÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS	13
4	OS ESTUDOS SOBRE O PAPEL DA RAÇA NA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA	15
5	DEMOCRACIA RACIAL, FRONTEIRAS RACIAIS E <i>GROUPNESS</i>	17
6	DADOS	21
7	METODOLOGIA	24
7.0.1	O modelo para as Universidades	25
7.0.2	O modelo para a pesquisa nacional	26
8	RESULTADOS	27
8.0.1	Estatísticas Descritivas – Análises Bivariadas	27
8.0.2	Estatísticas Inferenciais – Análises Multivariadas	33
9	DISCUSSÃO	44
10	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICES	53
	APÊNDICE A – ANÁLISES MAIS ROBUSTAS DOS DADOS DAS UNIVERSIDADES	54

1 Introdução

Estudar comportamento político tendo o indivíduo como objeto de análise requer teorizar e inferir a partir de dados, quais fatores atuam na formação de uma atitude ou comportamento. Os estudos na área comportamental da ciência política ao longo dos anos destacaram vários deles: o gênero [Huddy e Terkildsen 1993, Sanbonmatsu 2002, Brooks 2011]; o conhecimento político [Lupia 1994, Althaus 1998, Bartels 1996, Barabas et al. 2014]; o posicionamento ideológico [Jost 2006, Ansolabehere, Rodden e Snyder 2008, Jacoby 2014]; os traços de personalidade [Gerber et al. 2010, Mondak et al. 2010]; e também a raça [Sears e Kinder 1971, Sears 1988, McConahay 1982, Sears 1988, Kinder, Sanders e Sanders 1996, Sears et al. 1997].

Apesar de grande discussão em torno do conceito do que é raça [Telles 2004, Guimarães 2008], é praticamente consenso na área de que ela influi no comportamento do indivíduo. Entender como a construção de grupos raciais se deu em um contexto, é uma boa trilha a se seguir para entender como essa questão pode, ou não, ser relevante nos estudos de atitudes e preferências políticas.

Em um contexto onde há uma delimitação mais evidente e distintiva entre grupos, espera-se que o comportamento dos indivíduos seja mais afetado e influenciado pelo pertencimento a um dos grupos. Em outro contexto onde o indivíduo tem pouca clareza sobre qual grupo pertence, espera-se que seu comportamento seja influenciado de maneira diferente, do que o contexto anterior.

Os estudos sobre o papel desempenhado pela raça nas atitudes dos cidadãos têm longa tradição nos Estados Unidos, e ao longo dos anos evidenciaram que essa questão tem uma grande influência e importância na dinâmica política do país [Sears e Kinder 1971, Kinder e Sears 1981, McConahay 1982, Sears 1988, Kinder, Sanders e Sanders 1996, Sears et al. 1997]. No contexto norte-americano, marcado historicamente pela segregação formal, principalmente no sul com as leis *Jim Crow*, o pertencimento a um grupo racial é evidente e objetivo. Um sinal dessa distinção é a chamada lei da gota de sangue, ou *one drop rule*, que dizia que qualquer pessoa com um ancestral negro seria considerada negra. A segregação racial no EUA facilitou a identificação das pessoas com grupos raciais e facilitou também a distinção social por meio de elementos culturais e simbólicos de cada agrupamento.

No Brasil, que teve um passado em comum com os Estados Unidos em relação à escravidão até o século XIX, o discurso que prevaleceu no século XX em relação à temática racial foi o da miscigenação [Guimarães 2008]. Um dos elementos constantes na identidade nacional brasileira no período foi a democracia racial, ideologia que pregava a

não distinção entre brancos e negros e exaltava a mistura racial existente no país. Apesar de mascarar realidades socioeconômicas desiguais entre as raças, a não segregação formal se mostrou como um elemento distintivo da nacionalidade brasileira.

Recentemente, alguns estudos na área de comportamento político foram aplicados no Brasil no intuito de entender melhor a relação da raça com as preferências políticas [Bailey 2002, Turgeon, Chaves e Wives 2014, Bailey, Fialho e Peria 2015, Porto 2016, Porto, Fuks e Muniz 2016, Vidigal 2016]. Apesar de alguns desses estudos encontrarem uma diferença de atitude entre brancos, pardos e pretos, nenhum foi conclusivo em explicar por que dessa diferença. Uma das dificuldades está justamente no tamanho diferença de opinião entre as raças, que é pequena.

Essa dissertação dá um passo atrás em relação a esses estudos para perguntar se é possível estudar atitudes raciais no Brasil. Para responder essa pergunta será analisado aqui o principal componente necessário para estudar atitudes raciais: a diferença de atitude entre as raças. No Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, espera-se que haja uma diferença menor entre o apoio das raças à enunciados por conta fatores como a formação racial histórica do país; a existência de um grupo racial expressivo fruto de relações inter-raciais entre brancos e pretos, os pardos; e a propagação do discurso da democracia racial.

Todos esses elementos poderiam influenciar os processos psicológicos necessários para a formação de grupos raciais e conseqüentemente a delimitação de fronteiras raciais e formação de *groupness*, entendido como afeto em relação a um grupo, em torno da raça, fazendo com que a opinião pública brasileira se diferencie pouco em relação a raça, quando comparado com os Estados Unidos.

Essa dissertação utilizará diferentes estratégias para verificar se há variação na diferença de opinião entre a raça alternando dois fatores: o contexto e a forma de classificação racial. Em relação ao contexto, será comparada duas pesquisas realizadas em âmbitos diferentes: uma em âmbito nacional e outra nas universidades federais. A pesquisa realizada nas universidades federais por compreender um público formado basicamente por alunos que frequentam um ambiente onde há mais discussão sobre questões raciais do que no restante da população, pode apresentar uma diferença de opinião entre raças maior do que a pesquisa realizada em âmbito nacional, devido a uma formação mais clara de grupos entre as raças. Em relação a forma de classificação racial, espera-se que utilizando uma classificação binária e subjetiva, que retira a opção de se classificar como pardo, um grupo racial fruto da miscigenação, haja uma maior diferença de opinião entre as raças.

Além disso, a questão racial é saliente em todos os enunciados analisados, isso é, analisou-se a opinião dos indivíduos sobre ações afirmativas, desigualdade racial e meritocracia. Tanto as escolhas dos enunciados como as comparações entre contextos e forma de classificação racial, foram estratégias utilizadas para tentar diferenciar ao máximo as

opiniões entre as raças, fator primordial para o estudo das atitudes raciais.

As hipóteses levantadas referem-se à diferença entre os efeitos das categorias raciais nas pesquisas realizadas nas universidades e na pesquisa nacional, dizendo que no primeiro caso a diferença será maior; à diferença dos efeitos das raças utilizando as diferentes formas de classificação racial, dizendo que a diferença entre brancos e negros será menor do que a diferença entre brancos e pardos e menor do que a diferença entre brancos e pretos; e à própria magnitude das diferenças, que não serão grandes e substanciais.

Assim, são apresentadas estatísticas descritivas com análises bivariadas comparando o apoio por raça aos enunciados, e depois são apresentadas estatísticas inferenciais com análise multivariada que destaca o efeito marginal da raça sobre a variável dependente (o próprio enunciado). Os resultados encontrados corroboram as hipóteses e mostram pouca diferença entre de atitude entre as raças, concluindo que os estudos sobre atitudes raciais no Brasil devem utilizar de estratégias diversas para encontrar uma diferença maior de atitudes das raças, e para explicar o porquê dessa diferença.

Essa dissertação se organiza então da seguinte forma. Primeiro será feita uma breve retomada do histórico de formação racial brasileira. Em segundo lugar será apresentado estudos realizados nos Estados Unidos sobre a questão racial e as atitudes políticas. Em terceiro lugar será revisado os estudos realizados no Brasil. Em quarto lugar será apresentado a teoria que embasa as hipóteses levantadas, dando destaque a como possivelmente a exaltação da miscigenação no Brasil e propagação do mito da democracia racial podem ter influenciado os processos psicológicos envolvidos na formação de grupos raciais. Em quinto lugar será apresentada os dados, depois será apresentada a metodologia utilizados nas análises. Após essas etapas serão mostrados os resultados encontrados, para consequentemente realizar a discussão com a literatura vigente sobre o tema. Por último a conclusão de que no Brasil a tarefa de se estudar atitudes raciais é dificultada pela pouca diferença de opinião entre as raças. Após a conclusão, há um apêndice com análises mais robustas sobre as pesquisas realizadas nas Universidades, que corroboram os achados da dissertação.

2 A formação racial brasileira

Analisar a opinião pública no Brasil evidenciando a questão racial requer uma breve retomada do histórico de formação racial brasileiro e a diferenciação dessa formação racial com outros contextos. A principal diferença que pode ser apontada é a falta de segregação formal entre raças no Brasil, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos (*Jim Crow*) e na África do Sul (*apartheid*) culminando em uma maior dificuldade de se delimitar fronteiras simbólicas-raciais entre os brasileiros, e a formação de *groupness* em torno das categorias raciais existentes [Loveman 1999, Telles 2004, Silva 2016].

O que interessa ressaltar é que as dinâmicas demográficas do Brasil historicamente estiveram associadas a ideologias sobre diferenças raciais e modernidade da nação que predominavam no país.

Em 1872, data da realização do primeiro censo demográfico brasileiro, ainda no Império, a fotografia racial brasileira era a seguinte: 38% eram considerados brancos, 38% eram considerados pardos, 20% eram considerados pretos, e 4% eram considerados caboclos¹ (classificação utilizada para identificar os indígenas). Atualmente (2010, data do último censo) a população brasileira é composta, segundo o IBGE, de 47,7% de brancos, 43,1% de pardos, 7,6% de pretos² (indígenas e amarelos representam cerca de 1,6% do total da população). Como é possível notar, houve nesse período um aumento da população que se identifica como branca e parda, e diminuição da população de pretos, que esteve ligado à política públicas adotadas pelo Estado brasileiro durante o período detalhado a seguir.

O conceito de raça surgiu no século XIX na Europa, primeiramente como conceito científico-biológico utilizado para justificar a superioridade do homem branco europeu em relação aos demais grupos dominados, estabelecendo uma relação entre o fenótipo branco à dominação social. Isto é, a explicação para o maior desenvolvimento dos brancos, que colonizaram outros povos, seria natural, pois o fato deles serem de uma raça superior explicaria a sua posição de dominação e de maior desenvolvimento. O conceito de raça, tido como científico, serviu a dois propósitos: justificar a superioridade cultural europeia e classificar seres humanos em grupos raciais [Silva 1998].

A ideologia racial da elite brasileira era, a priori, da superioridade dos brancos frente aos negros e indígenas, e a visão de que a miscigenação deveria ser evitada para fins de se atingir uma sociedade melhor [Telles 2004], dado que à época o ideal de sociedades modernas seria aquela que se assemelhasse às sociedades europeias, principalmente em

¹ Os dados podem ser acessados na biblioteca digital do IBGE disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477view=detalhes>

² Os dados podem ser acessados no site do IBGE em : <https://censo2010.ibge.gov.br/>

relação à composição racial de uma nação. Os acadêmicos brasileiros, dessa forma, com a finalidade de tornar a população majoritariamente branca, propunham a solução do “branqueamento”, acreditando que a superioridade dos genes brancos e sua maior taxa de fecundidade à época levaria em pouco tempo a eliminação dos negros da sociedade brasileira. Essas ideias embasaram praticamente toda a política migratória brasileira do início do século XX [Telles 2004].

Assim, durante os anos de 1890 e 1920, período apontado por George Andrews (1997) como de maior fluxo imigratório do Brasil, cerca de 3,99 milhões de imigrantes europeus, principalmente de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, foram trazidos ao Brasil. De acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2002), o volume de europeus que desembarcaram no país foi o equivalente ao de negros trazidos do continente africano ao longo de três séculos. Além da massiva imigração de europeus, o Estado brasileiro proibiu a imigração de negros de outras regiões do globo [Pereira 2010]. Como fruto da política migratória, os brancos que representavam em 1872 38% da população brasileira, em 1940 chegaram a representar 64% do total da população.

O século XX marcou as sociedades ocidentais com uma mudança do que seria considerada uma sociedade moderna. Se antes o ideal seria uma sociedade similar à europeia, nesse momento, a construção dos estados modernos pressupunha a absorção dos grupos mais fracos, com a transcendência das diferenças culturais e raciais, resultando em uma ordem social onde a competição meritocrática tomaria lugar [Silva 1998]. Assim, passou a prevalecer no Brasil a ideia de que a miscigenação seria o diferencial do país, que geraria efeitos superiores para a identidade nacional do que as políticas anti-miscigenação e de *apartheid* praticada em países como os Estados Unidos e a África do Sul [Telles 2004].

Gilberto Freyre em seu livro “Casa Grande e Senzala” (1933), foi um dos grandes responsáveis por sintetizar e virar de vez a chave sobre a abordagem da miscigenação brasileira. A miscigenação foi tida então como uma característica positiva do povo brasileiro, tendo sido realizada de forma harmônica desde os períodos da colonização. Tal ideologia se tornou um dos maiores símbolos da identidade nacional brasileira. A ideia de que no Brasil as diferentes raças conviviam em harmonia e com as mesmas condições e capacidades de se desenvolver se propagou pelo mundo, chegando a convencer membros do movimento negro norte-americano de que o Brasil seria um lugar possível de ser colonizado por eles, dada sua harmonia racial [Pereira 2010].

O que se pode notar até aqui é que a constituição da nação brasileira esteve ligada a questão racial de forma a ter a miscigenação como um ideal, renegando práticas segregacionistas formais. Já nos Estados Unidos a raça foi tida como um conceito “pré-social”, e a constituição de nação foi moldada em cima da ideia que diferentes raças, distintas entre si, conviviam sob a mesma nação. [Silva 1998].

Mais recentemente, contudo, o discurso sobre a formação racial brasileira, principa-

lemnte de meados do século XX para frente, vem sofrendo mudanças dentro da academia e em parte da população, evidenciando principalmente as fronteiras sociais-raciais existentes entre negros e brancos [Fernandes 1964, Hasenbalg 1984, Munanga 1999, Gomes et al. 2005], destacando a questão racial como estrutural na explicação das desigualdades sociais brasileiras. Uma das consequências dessa mudança foi a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, que reserva 50% das vagas de universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas, levando em conta critérios como renda e raça. Apesar disso, o passado de exaltação da miscigenação, além da alta taxa de mistura racial, ainda marca a questão racial no Brasil [Silva 1998], diferenciando de outros contextos.

Nos Estados Unidos a partir da concepção norte-americana de raça diversas teorias foram elaboradas e aplicadas a estudos sobre pesquisas de opinião [Kinder e Sears 1981, Sears 1988, Bobo 1988]. No Brasil, essas pesquisas foram replicadas, contudo sem encontrar resultados expressivos para explicar a diferença de opinião entre as raças. As próximas seções trarão uma retomada desses estudos.

3 Os estudos sobre a o papel da raça na opinião pública dos Estados Unidos

Os estudos estadunidenses sobre atitudes raciais possuem uma longa tradição na ciência política no país. Ainda em 1944, Myrdal já estudava a relação da votação dos negros com o partido Democrata que nos anos seguintes se tornaram o pilar do partido. Essa relação foi consolidada nos anos 60, com as lutas pelos Direitos Civis, que tornaram a raça um dos principais temas da política do país [McClerking e McDaniel 2005].

A partir dos estudos sobre os votos dos negros, o assunto foi sendo aprofundado sobre a questão da raça do candidato e sua votação [Barker, Jones e Tate 1999, Canon 1999, Walton, Smith e Wallace 2017], demonstrando que em distritos majoritariamente brancos, poucos candidatos negros foram eleitos. McDermott (1998), investigou outras questões sobre a raça do candidato e voto, por exemplo, é possível que haja uma relação entre a raça e o posicionamento ideológico, sendo que para o eleitor, um candidato negro, possivelmente seria mais liberal do que um candidato branco, por sua raça ser um indicativo disso. A tentativa de isolar a raça de outros efeitos foi tema de vários estudos, não chegando a informações conclusivas sobre o assunto [Sigelman et al. 1995, Reeves 1997, Berinsky 1999, Carmines e Stimson 1989].

A tradição é longa sobre estudos de votos e raça. Entretanto, para esta dissertação, os estudos sobre raça e opinião política interessam mais. As atitudes raciais podem ser definidas como julgamentos que os indivíduos possuem em relação à raça, ou atitudes que levam em conta a raça para a formação de preferências [Adorno et al. 1950, Schuman et al. 1997]. Aqui interessa ressaltar a relação entre as atitudes raciais e as preferências políticas.

Segundo Hutchings e Valentino (2004), para estudar como as atitudes raciais afetam as preferências políticas, a primeira questão a se verificar é a diferença de opinião entre negros e brancos. Caso a diferença entre as raças for pequena, então deve-se ser cético sobre o papel das atitudes raciais nas preferências políticas [Hutchings e Valentino 2004]. Talvez esse seja o caso brasileiro, que será apresentado nas próximas sessões, mas certamente não é o caso dos Estados Unidos.

Diversos estudos ao longo de aproximadamente 20 anos, encontraram diferenças de 35 a 50 pontos percentuais nas atitudes dos brancos e negros sobre temas relativos à políticas raciais como garantias de oportunidades iguais para emprego, desegregação escolar, gastos em programas de assistência para negros, e políticas afirmativas [Tate 1994, Dawson 1995, Kinder, Sanders e Sanders 1996, Smith e Seltzer 2000, Kinder e Winter 2001].

Até mesmo em temas que a raça não é saliente, como o gasto geral do governo, educação e assistência aos pobres, a diferença entre negros e brancos passam de 20 pontos percentuais [Schuman et al. 1997, Kinder e Winter 2001]. De acordo com Hutchings e Valentino (2004), essas diferenças persistiram ao longo dos anos e ultrapassaram a diferença entre classe, gênero e religião.

Assim, a partir das diferenças observadas, o aprofundamento nos estudos das atitudes raciais foi em busca das razões para essas diferenças. Uma das teorias levantadas seria que o cerne da diferença estaria no interesse de grupos [Jackman 1994], outros afirmaram a consciência de grupo estaria no centro da discussão [Dawson 1995, Allen 2001].

Algumas explicações foram além e elaboraram teorias como o do racismo simbólico. Tal teoria diz que houve uma substituição do racismo tradicional, onde os cidadãos declaravam sua rejeição a um certo grupo, para um racismo que se refletiria em se opor a políticas focadas nos negros misturado com valores tradicionais americanos, como a meritocracia. [Sears e Kinder 1971, Kinder e Sears 1981, McConahay 1982, Sears 1988, Kinder, Sanders e Sanders 1996, Sears et al. 1997]

Em oposição à teoria do racismo simbólico a teoria das predisposições políticas, afirma que não é o racismo o principal responsável pela oposição de brancos às políticas focalizadas em negros, mas sim a crença de que a não intervenção do estado e o conservadorismo, seriam a melhor maneira de se alcançar a igualdade [Sniderman et al. 1991, Sniderman e Carmines 1997].

Além dessas correntes teóricas, há ainda a teoria da dominância social que prega que a diferença de opinião entre brancos e negros se dá por causa da intenção dos brancos de manter seu status superior e impedir que outros grupos o alcance [Sidanius e Pratto 2001].

O que perpassa todos os estudos e teorias realizados no contexto norte-americano é a diferença de opinião entre negros e brancos. Como veremos na próxima sessão essas evidências faltam quando analisamos a opinião pública brasileira, sendo que a tarefa de testar as teorias elaboradas em contexto onde existe essa diferença de opinião, pode se tornar infrutífera no contexto brasileiro.

4 Os estudos sobre o papel da raça na opinião pública brasileira

Diversos estudos foram realizados no Brasil no intuito de captar se na opinião pública brasileira haveria diferença de atitudes em razão da raça [Bailey 2002, Turgeon, Chaves e Wives 2014, Bailey, Fialho e Peria 2015, Porto 2016, Porto, Fuks e Muniz 2016, Vidigal 2016].

Os resultados mais contundentes sobre a existência de fronteiras raciais são os relacionados às políticas públicas de cotas raciais. Bailey, Fialho e Peria, (2015) encontram diferenças estatisticamente significantes entre o posicionamento de pretos e pardos em relação aos brancos sobre o apoio às cotas raciais. Turgeon, Chaves e Wives (2014), por exemplo, analisaram a questão do apoio as cotas raciais utilizando de um experimento de lista em *survey*. Os autores constataram que quando controlados pela desejabilidade social o apoio dos negros seria bem maior do que o declarado a priori³. Porto (2016) também encontra diferença estatisticamente significativa em relação às classificações raciais e o apoio as cotas.

Os estudos que fazem a análise de fronteiras raciais relacionadas a questões que não as cotas [Porto 2016, Porto, Fuks e Muniz 2016], acharam evidências da existência de fronteiras raciais em questões sobre hostilidade entre grupos. Encontraram também pouca fluidez na opinião dos pardos, isso é, a opinião não mudou em diferentes faixas de renda dentro dessa categoria.

Alguns desses estudos testaram teorias para explicar a diferença do apoio às políticas afirmativas entre negros e brancos. Vidigal (2016), pergunta se o não apoio dos brancos as cotas seria explicado por afeto racial negativo, conflito de grupo, ou predisposições políticas. Os dados não suportaram nenhuma dessas teorias, e possuem significância estatística em relação a atitude dos brancos somente quando controlado pela sofisticação política.

Bailey (2002) também testa duas teorias para a explicação das desigualdades sociais no Brasil: as teorias socioculturais, onde as atitudes raciais são configuradas por um processo gradual de socialização que resulta em um afeto negativo em relação a outro grupo [Kinder e Sears 1981, Sears 1988]; e as teorias de conflito de grupo, que pressupõem que o grupo dominante possui uma ideologia que justifica sua dominância [Bobo 1988] e onde brancos veem pretos como concorrentes. Nenhuma das duas teorias encontram respaldo nos dados. Educação e atitude sobre a democracia racial explicam a diferença de

³ Para aprofundar a discussão sobre experimentos em lista com *surveys* [Blair e Imai 2012].

opiniões, sendo que a raça não tem significância estatística.

Bailey, Fialho e Peria (2015), também não encontram diferença estatisticamente significativa entre a opinião dos negros e dos brancos sobre as causas das desigualdades raciais no Brasil.

Possivelmente, Bailey (2002), Bailey, Fialho e Peria (2015) Vidigal (2016), não encontram resultados por testarem teorias raciais elaboradas em contextos diferentes do Brasil, que partem de um pressuposto de que há formação clara de *groupness* em torno das categorias de classificação racial e onde há uma grande diferença de opinião entre brancos e negros.

A diferença de atitudes entre brancos, pardos e pretos, apesar de alguns estudos terem encontrados efeitos estatisticamente significantes, não significa que haja de fato diferença substancial na hora de opinar. Estender esses achados e afirmar que no Brasil há delimitação de fronteiras raciais e formação de *groupness* pode se configurar como uma generalização exagerada.

Assim, é necessário entender como a ideia de democracia racial e o ideal de miscigenação, apesar das recentes mudanças de discurso e do advento da Lei de Cotas, levou a um processo de formação de categorias raciais diferenciado, principalmente pela existência de um grupo racial fruto da miscigenação entre pretos e brancos, os pardos.

Dessa forma, aprofundar o debate em torno dos conceitos de fronteiras raciais (simbólicas e sociais) e da formação de *groupness*, se faz necessário para que seja possível entender melhor o efeito da raça na opinião pública brasileira.

5 Democracia Racial, fronteiras raciais e *groupness*

Segundo Guimarães (2008, p. 74):

“a democracia racial seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco... a conotação de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros”.

Entender a ideologia da democracia racial e sua permeabilidade na sociedade brasileira requer entender como a distinção de raça no Brasil foi sendo apagada. O primeiro passo foi justamente sobrepor o conceito de raça com o conceito de cor.

O termo raça pode ser definido sociologicamente como discursos sobre as origens de um grupo, sobre sua ascendência e sobre a transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas pelo sangue [Guimarães 2008]. O termo raça denota uma classificação muito mais fechada do que cor. Quando se fala de cor, tem-se um termo muito mais naturalizado⁴, pois trata-se de um termo que não fecha as portas e pesa pouco nas oportunidades sociais. Assim, propagou-se a ideia de que a sociedade seria uma sociedade de classe, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, indígenas e mestiços, pessoas de qualquer cor poderiam transitar pelos diferentes grupos sociais [Guimarães 2008].

Simões e Jeronimo (2007), afirmam que no Brasil, a identificação racial seria entendida como uma dimensão multifacetada, resultando da combinação de várias subdimensões da identidade. No estudo realizado pelos autores, que busca responder à pergunta “Quem é negro no Brasil?”, fica evidenciado que os brasileiros rejeitam as classificações binárias (branco x preto), atribuindo importância ao gradiente de cor, e utilizando também outros elementos fenotípicos e de ancestralidade para se identificar. Consequência desse fato na realidade brasileira é que há uma grande fluidez na classificação racial brasileira e há uma grande dificuldade de se traçar fronteiras raciais.

As fronteiras raciais podem ser classificadas como simbólicas e sociais. Segundo Lamont e Molnar (2002) as fronteiras simbólicas são aquelas que os atores sociais, por meio de distinções conceituais, categorizam objetos e pessoas. São ferramentas pelas quais grupos e indivíduos disputam e/ou concordam sobre a definição da realidade. As fronteiras

⁴ Ver discussão de [Guimarães 2008] sobre termos nativos e analíticos.

simbólicas também separam pessoas em grupos e geram sentimentos de similaridade e de associação.

Já as fronteiras sociais são formas objetificadas de diferenças sociais manifestadas no acesso desigual e na distribuição desigual de recursos (Lamont e Molnar, 2002). Segundo Moraes Silva (2015), o contexto brasileiro seria formado por fronteiras sociais-raciais fortes, isso é, grande desigualdade de renda entre brancos, pardos e pretos, porém com fronteiras simbólicas-raciais fracas, com poucas diferenças culturais e morais, além de uma grande quantidade de casamentos inter-racial, quando comparado a outros países (Ribeiro e Silva, 2009).

Loveman (1999) ressalta, por exemplo, que a pouca mobilização dos negros brasileiros seria melhor explicada, não pela falta de impedimentos legais de miscigenação (como no caso dos EUA e da África do Sul), mas sim pela ausência de clara fronteira racial discretamente delimitada para identificar o próprio grupo negro.

A delimitação de fronteiras simbólicas-raciais estaria então mais ligada a existência de formação de identidade de grupo, do que a existência de fronteiras sociais-raciais, o que poderia indicar um caminho para se analisar a questão racial no Brasil por meio da opinião pública. Para isso é necessário diferenciar categoria racial do conceito de *groupness*.

Brubaker (2002) afirma que o conceito de categoria racial é diferente do conceito de grupo. Para o autor, o conceito de grupo está relacionado a questão de identificação/pertencimento a um coletivo, sendo que o fato de um indivíduo se classificar, ou se categorizar, como pertencente a determinada categoria racial, não necessariamente indica que esse indivíduo tenha sentimento, identificação e subjetividade (*groupness*) em relação a essa categoria [Brubaker 2002, Brubaker, Loveman e Stamatov 2004, Loveman 1999]. Isso é, não podemos inferir, que se um indivíduo se classifica como pertencente a uma categoria racial, que ele tenha sentimentos em relação a essa categoria de forma parecida com as outras pessoas que se classificaram da mesma forma que ele.

A psicologia política traz uma explicação para esse fenômeno da categorização racial e formação de grupo. Segundo Brewer (2010) a formação de uma identidade *ingroup*, envolve um processo de auto-categorização, ou identificação social, onde o “eu” é estendido ao grupo. Ao mesmo tempo, uma categoria social se torna um *outgroup*, quando o “eu” é dissociado desse grupo, em um sentimento de “não eu” [Brewer 2010].

Hogg e Turner 1987, afirmam ainda que grupos existem em virtude da existência de *outgroups*. Para que uma coleção de pessoas seja um grupo, deve haver, logicamente, outras pessoas que não estão no grupo ou pessoas que estão em um grupo externo específico.

No caso brasileiro, podemos formular hipóteses em relação aos pardos que seriam um grupo intermediário entre os brancos e pretos, e que durante os processos descritos na primeira sessão dessa dissertação (branqueamento, enaltecimento da miscigenação,

democracia racial), teve sua representatividade aumentada em percentuais da população, porém sem uma identificação de grupo que fosse capaz de criar uma identidade interna ao grupo e uma diferenciação externa em relação aos demais grupos. Os pardos seriam então uma categoria racial que não representaria um grupo social, nos termos psicológicos.

Podemos supor isso analisando alguns passos que Brewer (2010) diz ser necessário para a formação de uma identidade de grupo: assimilação dentro dos limites da categoria e contraste entre categorias de modo que todos os membros do grupo interno sejam percebidos como semelhante ao “eu” do que os membros do grupo externo; afeto positivo (confiança, gosto) seletivamente generalizado para os membros do grupo interno, mas não para os membros do grupo externo (o princípio do favoritismo interno); comparação social intergrupar e concorrência percebida entre *ingroup* e *outgroup* por valores positivos (o princípio da competição social).

No caso dos pardos brasileiros, nenhum desses elementos para um esquema intergrupo básico parece se aplicar. A diferenciação com os brancos, dada a miscigenação racial, não parece ser tão distintiva fenotipicamente como é o caso dos pretos com os brancos. Já o afeto positivo em relação ao grupo, é algo aplicado muito mais aos pretos, com relação a símbolos culturais próprios, do que em relação aos pardos. Assim tendo em vista as peculiaridades em relação a raça, duas perguntas podem ser feitas: qual é o efeito da raça sobre a opinião pública brasileira? E se é possível estudar atitudes raciais no Brasil?

Dessa forma para responder essas perguntas algumas estratégias serão utilizadas nessa dissertação. A primeira estratégia é analisar enunciados onde a questão racial é saliente. Espera-se que nesses casos haja uma diferenciação maior entre as categorias raciais, pois envolvem critérios objetivos como acesso a determinada política pública (as cotas raciais, por exemplo), além de envolver o reconhecimento (ou o não reconhecimento) de barreiras sociais para o acesso a oportunidades, como é o caso de questões que fazem alusão à meritocracia e a discriminação.

A segunda dessas estratégias será a verificar a diferença do apoio das categorias raciais nas universidades e compará-las com uma pesquisa feita em âmbito nacional. Como a questão racial no Brasil é algo que durante muitos anos foi considerada como pacificada, e classificada como um não-problema, principalmente pela propagação do mito da democracia racial, espera-se que na população em geral, com explicado acima, as noções de grupos raciais sejam pouco definidas. Provavelmente em ambientes mais intelectualizados, como as universidades federais brasileiras, onde a discussão sobre as desigualdades raciais é constantemente debatida, isso afete a noção de pertencimento a um grupo racial.

A terceira estratégia é utilizar além da classificação ternária, frequentemente utilizada pelo IBGE, onde as pessoas podem se classificar como branca, pardas e pretas, utilizar uma classificação binária, onde as pessoas podem se classificar como brancas ou

negras. Dessa forma, espera-se que a diferenciação com um grupo externo seja facilitada, e isso aumente o reconhecimento de características interna ao grupo, delimitando de forma melhor as fronteiras simbólicas raciais. Tendo em vistas essas estratégias e os conceitos discutidos anteriormente nessa seção, podemos traçar as seguintes hipóteses:

H1: Nas universidades as diferenças entre os efeitos marginais das raças serão maiores do que as diferenças dos efeitos marginais das raças encontrados na pesquisa nacional

H2: A diferença dos efeitos das raças entre as categorias raciais quando utilizada a classificação binária, será maior que as diferenças entre os efeitos marginais das raças branco e pardo, mas não maior do a diferença dos feitos marginais das raças branco e preto

H3: As diferenças encontradas não serão grandes e substanciais

As próximas seções trarão os dados e a metodologia que serão utilizadas para testar as hipóteses levantadas.

6 Dados

Os dados utilizados nessa dissertação foram captados de quatro pesquisas distintas. Três dessas pesquisas foram realizadas em universidades federais brasileiras, sendo que o questionário respondido foi feito *online*. A outra pesquisa foi realizada em âmbito nacional, cobrindo todos os estados brasileiros.

Os dados coletados nas universidades federais (Universidade de Brasília- UnB; Universidade Federal da Bahia – UNFBA; e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) fizeram parte de um estudo realizado em 2013 que pretendia analisar o apoio dos alunos das universidades às cotas raciais, cotas sociais e as cotas educacionais (para escola pública). Os *surveys* foram feitos de forma *online* sem a presença de um entrevistador. Para fins desta dissertação, foram utilizados os dados referentes às cotas raciais, no total, foram coletadas 6.427 entrevistas, sendo 1.448 da UnB, 2.673 da UFMG, e 2.306 na UFBA.

Os dados utilizados para a pesquisa em nível nacional foram retirados do *survey* inédito feito pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), encomendado pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República, em 2015, cobrindo todos os estados do Brasil e nesse caso havia a presença de entrevistadores que realizaram ao todo 2.002 entrevistas.

Nas universidades, quando olhamos para a identificação racial baseada na classificação oficial do IBGE, a proporção de brancos, pardos e pretos (retirando as outras classificações) é a seguinte: 44%, 41%, 14%, respectivamente. A nível nacional a proporção para mesma classificação é a seguinte: 37% de brancos, 46% de pardos, e 17% de pretos. Utilizando a classificação subjetiva, onde o respondente pode escolher um grupo racial que ele se identifica, sem necessariamente estar ligado à sua cor, temos a seguinte composição racial: 39% se classificaram apenas como branco e 26% se classificaram apenas como negro, os demais se classificaram ou apenas com indígena, ou apenas como amarelo, ou se classificaram em mais de um grupo. Nota-se então que temos uma redução dos grupos, quando utilizamos a forma subjetiva de classificação, os brancos passam de 44% para 39% e os negros passam de 55% (pardos + pretos) para 26%, nas universidades. Na pesquisa nacional ocorre um aumento dos brancos, que passam de 37% para 51% e uma diminuição os negros, que passam de 62% para 31%.

Em relação aos pardos há o seguinte comportamento dos respondentes, nas pesquisas das universidades, de 2.198 respondentes pardos, que responderam as duas perguntas sobre classificação racial, 708 (32,21%) se classificaram apenas como negros na segunda e 649 (29,53%) se classificaram apenas como brancos. Na pesquisa nacional, entre os 876 respondentes que se identificaram como pardos, 334 (38%) se classificaram apenas como

negros, e 358 (41%) se classificaram apenas como brancos. Isto é, 44% dos pardos se identificam com mais de um grupo racial, quando eles têm que optar entre negro e branco, sendo que a diferença entre os que se classificam apenas como negros e os que se classificam apenas como brancos é de 4%, no caso das universidades. Na pesquisa nacional, o número dos que se identificaram com mais de um grupo é menor (21%), porém existem mais pardos que se classificam como branco do que como negro, uma diferença de 3%.

A situação é diferente quando analisamos os outros grupos. Dos 2.094 brancos que se classificaram das duas formas de classificação racial, 1388, 66,28%, se classificaram apenas como branco na segunda forma de classificação. Dos 874 pretos que se classificaram das duas formas, 577, ou 73,60% se classificaram apenas como negro na forma subjetiva. Ou seja, há uma identificação maior entre esses grupos, com as classificações subjetivas, do que entre os pardos, que se dividem entre elas.

Dessa forma, por mais que o que se alegue que o grupo negro seria uma classificação que abrangesse pretos e pardos, devido à realidade socioeconômica parecida dos grupos, nem todos os pardos se consideram apenas negros, no caso dos dados analisados aqui, esse número é de 32,21% para as universidades e 38% para a pesquisa nacional.

Para verificar as atitudes raciais e a diferença do efeito das raças sobre elas, essa dissertação analisará a opinião das categorias raciais, em relação aos seguintes enunciados nas quais a questão racial é saliente, seja enunciados sobre as políticas afirmativas raciais, ou sobre questões mais gerais onde a questão racial está envolvida. Esses enunciados estão explicitados nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Enunciados Universidades

Enunciados
a) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a corrigir um erro do passado
b) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira
c) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor redistribuir as riquezas do Brasil
d) As políticas afirmativas como a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades é uma "importação" de política pública dos Estados Unidos que não se adequam à realidade brasileira".
e) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades gera racismo num país de paz racial
f) Todos os Brasileiros, independentemente de sua cor ou raça, compartilha a norma de vencer na vida pelo esforço individual

No caso das universidades, as repostas possíveis para os enunciados são quatro: “Discordo muito”; “Discordo”; “Concordo” e “Concordo Muito”, que serão agrupadas em duas categorias (Discordo e Concordo) para facilitar a comparação com a pesquisa

realizada em âmbito nacional. No caso da pesquisa nacional havia apenas duas formas de responder “Concordo” e “Discordo”. Os enunciados analisados na pesquisa nacional são os seguintes:

Tabela 2 – Enunciados Pesquisa Nacional

Enunciados
a) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a corrigir um erro do passado
b) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades é um sistema injusto porque prejudica alunos que merecem ingressar na universidade
c) A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a distribuir as riquezas no Brasil
d) A discriminação racial cria condições mais difíceis para os negros e indígenas avançarem na vida.
e) Se os negros e indígenas no Brasil se esforçassem mais, eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos
f) Nos últimos anos, os negros e indígenas têm recebido mais atenção do Governo do que eles merecem

As respostas de todas as perguntas foram codificadas como “Discordo” e “Concordo” e foram codificadas como 0 e 1, respectivamente. A codificação das demais variáveis e o modelo utilizado para as análises multivariadas estão descritas na próxima seção.

7 Metodologia

A discussão sobre como estudar o efeito causal da raça sobre qualquer variável dependente tem causado debates na área de comportamento político. [Pager 2006] afirma, por exemplo, que estudar discriminação se configura como um tema ao mesmo tempo fascinante e frustrante para os cientistas políticos, devido à grande dificuldade de se medir atitudes discriminatórias.

Sen e Wasow [Sen e Wasow 2016], dizem que os estudos de raça na área comportamental se dividem basicamente em duas visões sobre o que é raça, uma essencialista e outra construtivista. A visão essencialista refere-se a raça como uma característica biológica que nasce com o ser humano. A visão construtivista analisa a raça como uma construção social que o sujeito vai construindo ao longo da vida. Assim, tendo a raça na visão construtivista, é possível analisá-la como um “pacote de varas” (*bundle of sticks*), ou seja, vendo a raça como sendo formadas por várias características manipuláveis como: dialeto, bairro de residência, nome, entre outras.

Assim como Pager (2006), Sen e Wasow (2016), sugerem que o método de auditoria, onde é possível manipular uma dessas “varas” que compõe a raça, é o melhor para se ter maior certeza na relação entre a raça e a variável de interesse.

Essa dissertação reconhece suas limitações metodológicas por usar um método observacional para medir a causalidade da raça, usando a raça como uma variável binária em uma regressão estatística, ainda mais em um país como o Brasil onde a relação das pessoas com sua classificação racial está em constante mutação. Contudo, Sen e Wasow (2016) sugerem, que ao abordar o conceito de raça dessa forma, alguns cuidados devem ser tomados para melhorar a capacidade inferencial desses estudos.

Segundo Sen e Wasow (2016), se a raça é o tratamento, todo o resto é pós-tratamento. A raça afeta como as pessoas crescem e são educadas, quais oportunidades de emprego elas terão e quais atitudes culturais e sociais essa pessoa manterá. A raça, em outras palavras, afeta quase que todas as variáveis socioeconômicas tipicamente usadas em análise de regressão, incluída aquelas que tentam detectar padrões mediadores. A raça já é um preditor da renda e da escolaridade, por exemplo, por isso a prática de interpretar o impacto residual da raça é no máximo pobremente conceitualizado e no mínimo introduz sérios vieses. A forma mais apropriada, então, é tirar todas as variáveis que são pós-tratamento em relação à raça [King, Keohane e Verba 1994].

Assim tendo em vista essas limitações e recomendações, podemos seguir para a metodologia utilizada nesta dissertação para averiguar o efeito da raça na opinião pública dos brasileiros.

A codificação das variáveis para cada pesquisa e a estratégia para verificar o efeito da raça na opinião dos entrevistados será explicitada nas próximas subseções.

No apêndice A, encontra-se a metodologia para as análises mais robustas feitas para as pesquisas realizadas nas universidades e também os resultados encontrados.

7.0.1 O modelo para as Universidades

Os dados coletados pelos questionários aplicados na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram todos agrupados em um único banco de dados, tendo sido criada uma variável *dummy* para identificar a UFBA e a UFMG, afim de captar algum efeito de contexto.

A primeira variável de identificação racial, que foi captada da mesma forma que o IBGE capta, foi tratada da seguinte forma: foram retiradas as pessoas que se classificaram como indígena e amarelos, por serem uma parcela muito pequena dos entrevistados, e foi criada uma *dummy* para pardo e uma *dummy* para preto, isso é, a variável “pardo” recebeu o valor de 1 para quem se classificou como pardo, e zero para quem se classificou como preto ou branco, o mesmo aconteceu na variável “preto”: quem se classificou como preto recebeu o valor de 1, e quem se classificou como pardo ou branco recebeu o valor de 0. A categoria de referência são os brancos .

A segunda variável de identificação, denominada de identificação subjetiva, classificou os entrevistados em dois grupos: negros e brancos. Essa dissertação irá analisar aqueles que se classificaram apenas em um dos dois grupos, tendo como controle os que se classificaram em mais de um. Assim foi criada uma *dummy* para cada uma dessas identificações.

A variável sobre gênero foi codificada como variável *dummy* sendo que mulher recebeu o valor de 0 e homem recebeu o valor 1.

Por ser a variável dependente uma variável categórica binária, que possui valor de 0 ou o valor de 1, o modelo econométrico utilizado para verificar o efeito da raça foi a regressão logística, que para estimar o modelo utiliza o estimador de máxima verossimilhança. O modelo logístico permite que seja estimado a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento (discordar ou concordar), dado um conjunto de variáveis explicativas (variáveis independentes).

$$prob(Y_i = 1) = \alpha + \beta_1 R_i + \sum \beta_k D_{ik}$$

Na equação Y é a pergunta realizada ao entrevistado. R é a classificação racial do entrevistado. Dik são as variáveis sociodemográficas utilizadas, no caso gênero e a variável sobre universidade que o aluno pertencia.

A próxima subseção trás o modelo para a pesquisa nacional.

7.0.2 O modelo para a pesquisa nacional

Os dados utilizados para a pesquisa em nível nacional foram codificados da seguinte forma. A variável sobre gênero foi codificada como variável *dummy* sendo que mulher recebeu o valor de 0 e homem recebeu o valor 1. A variável idade foi codificada de forma contínua, com valor mínimo de 16 anos e máximo de 75. As variáveis de raça receberam o mesmo tratamento do caso das universidades, pois as perguntas foram feitas da mesma forma.

As variáveis dependentes, que são as perguntas feitas aos entrevistados, foram aplicadas de forma diferente do que as perguntas feitas nas universidades. No caso nacional, as perguntas foram feitas de forma que o entrevistado tinha apenas duas opções de resposta: discordo ou concordo (os que não sabiam foram excluídos da amostra). Dessa forma sua codificação ficou: 0 para quem respondeu “discordo” e 1 para quem respondeu “concordo”.

Por ser a variável dependente uma variável categórica binária, que possui valor de 0 ou o valor de 1, o modelo econométrico utilizado para verificar o efeito da raça foi a regressão logística, que para estimar o modelo utiliza o estimador de máxima verossimilhança. O modelo logístico permite que seja estimado a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento (discordar ou concordar), dado um conjunto de variáveis explicativas (variáveis independentes).

$$prob(Y_i = 1) = \alpha + \beta_1 R_i + \sum \beta_k D_{ik}$$

Na equação Y é a pergunta realizada ao entrevistado. R é a classificação racial do entrevistado. D_{ik} são as variáveis sociodemográficas utilizadas, no caso gênero e idade. Para analisarmos os resultados primeiramente serão apresentadas estatísticas descritivas, bivariadas com o apoio de cada categoria racial, utilizando as classificações ternárias e binárias, aos enunciados descritos anteriormente. Após a análise bivariada, será apresentado os resultados da análise multivariada, destacando o efeito marginal da raça sobre a probabilidade de apoiar os enunciados selecionados.

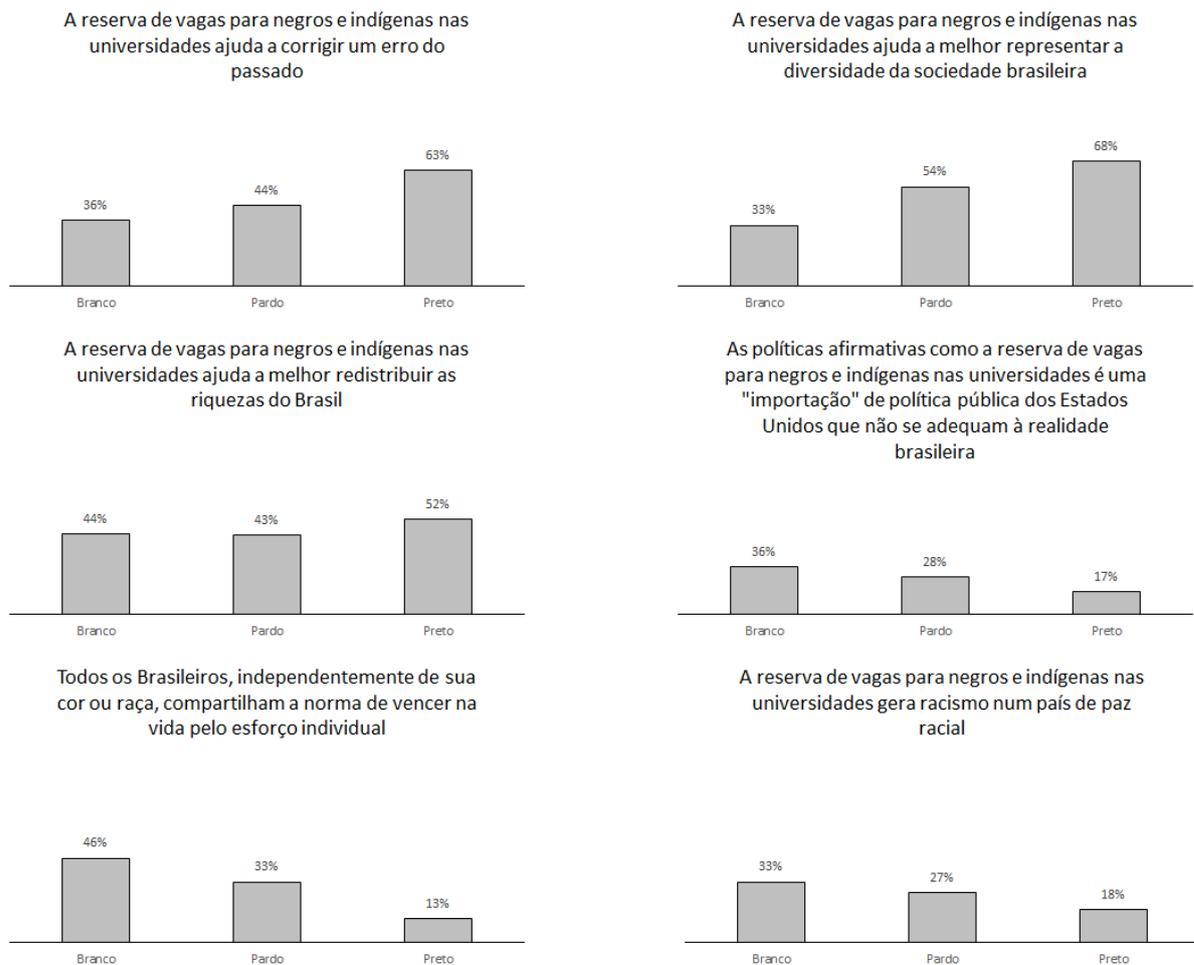
8 Resultados

8.0.1 Estatísticas Descritivas – Análises Bivariadas

As estatísticas descritivas que serão apresentadas trazem uma análise bivariada da raça com a variável dependente, que no caso são os enunciados onde a questão racial é saliente. Primeiro será analisado o apoio aos enunciados nas universidades federais, com as classificações ternária e binárias. Depois serão apresentadas as estatísticas descritivas para a pesquisa nacional, também utilizando as classificações ternárias e binárias.

A figura 1 mostra o apoio aos enunciados nas universidades federais utilizando a classificação racial ternária (branco, pardo e preto).

Figura 1 – Apoio por raça aos enunciados - Ternária - Universidades



Como pode ser verificado, a diferença entre o percentual de pessoas que se declararam brancas, pardas e pretas, que apoiaram os enunciados listados acima, é maior entre brancos e pretos do que entre brancos e pardos. A média das diferenças entre brancos e

pardos ficou em 9,5 pontos percentuais (p.p), e entre brancos e pretos em 22,83 p.p , mais do que o dobro.

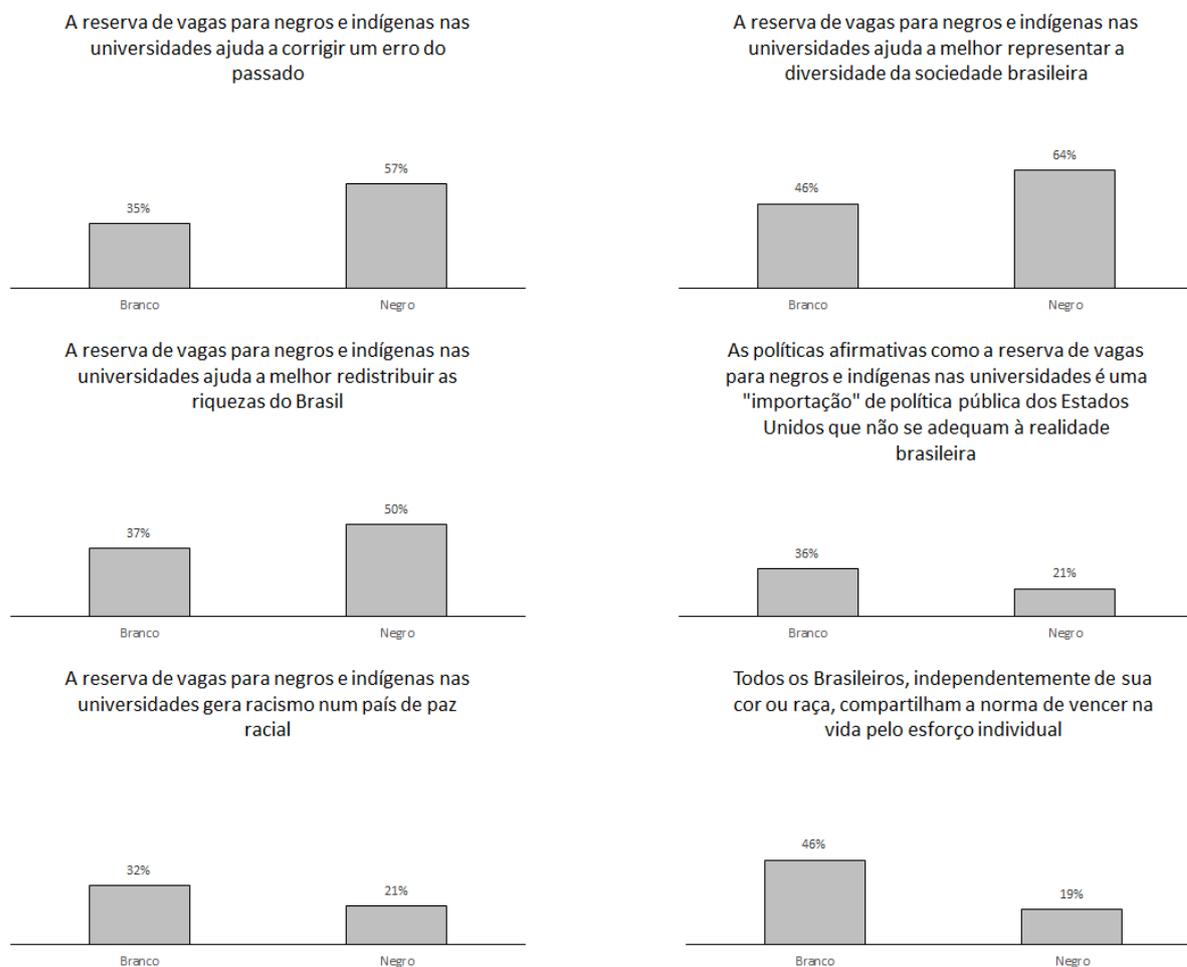
Em relação à diferença entre brancos e pardos, a maior delas foi de 21 p.p, e foi sobre o enunciado que diz que a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira. A menor diferença entre brancos e pardos foi em relação ao enunciado que diz que a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor redistribuir as riquezas do Brasil, nesse caso foi de 1 p.p, onde os brancos apoiaram o enunciado mais do que os pardos.

Em relação à diferença entre brancos e pretos, a maior delas foi de 35 p.p, também no caso de reconhecer que as cotas ajudam a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira. A menor diferença entre brancos e pretos também foi em relação ao enunciado que diz que as cotas ajudam a redistribuir as riquezas do Brasil, nesse caso a diferença foi de 8 p.p.

Importante destacar que os brancos apoiam menos os enunciados em relação às cotas que dizem respeito à dívida histórica para com os negros e também em relação à diversidade, porém possuem um apoio muito parecido com os pardos e pretos, em relação ao caráter redistributivo das cotas raciais. Destaca-se também um apoio de quase 50% dos brancos em relação ao enunciado que diz que todos os brasileiros, independente de raça, compartilham a norma de vencer na vida pelo esforço individual, nesse caso a diferença entre brancos e pardos e brancos e pretos foi de 13 p.p e 33 p.p, respectivamente, sendo a segunda maior diferença entre os grupos.

Utilizando a forma subjetiva de classificação, destacou-se o percentual de alunos que se classificaram apenas como branco ou apenas como negro, que apoiaram os enunciados, assim a figura 2 traz a porcentagem de apoio entre as categorias raciais.

Figura 2 – Apoio por raça aos enunciados - Binária - Universidades



Quando compara-se a diferença de apoio entre brancos e negros, chega-se a uma média de diferença de 17,6 p.p, um valor intermediário entre a diferença de branco e pardo (9,5 p.p) e de branco e preto (22,83 p.p), indicando que os pardos que se classificam apenas como negros não necessariamente se comportam como os pretos que também se classificam apenas como negros. A maior diferença de apoio entre esses dois grupos é 27 p.p, em relação ao enunciado que diz que todo brasileiro, independente de raça, compartilha a norma de vencer na vida pelo esforço individual. Tal diferença, que é grande mesmo mudando a forma de classificação racial, indica que no contexto universitário, enunciados que remetem à meritocracia possuem pouco apoio entre pardos, pretos e negros. A menor diferença foi de 11 p.p, a respeito do enunciado que diz que as cotas geram racismo em um país de paz social.

Pode-se notar da análise das tabelas acima que os pardos possuem opiniões inter-

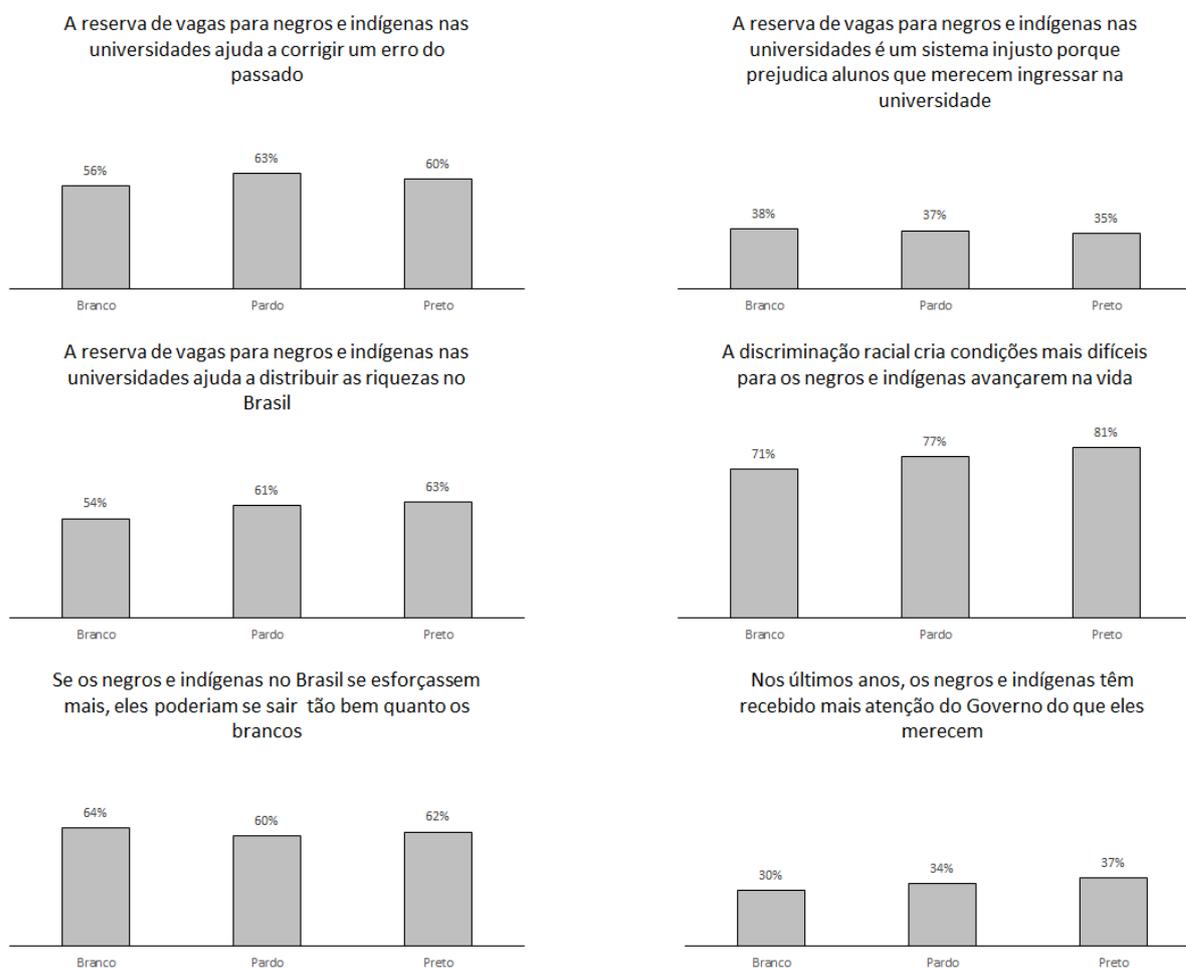
mediárias em relação aos brancos e pretos, e na maioria dos casos se aproximam mais da opinião da opinião dos brancos do que da opinião dos pretos, onde a única exceção foi em relação ao enunciado que diz que as cotas trazem mais representatividade, onde a diferença entre pardos e brancos é de 21 p.p e entre pardos e pretos é de 14 p.p.

[Acharya, Blackwell e Sen 2017]

Os apoios aos enunciados mostrados acima foram verificados no contexto universitário, mais especificamente nas universidades públicas federais, onde a discussão sobre a raça se faz presente de uma forma muito mais acentuada do que na sociedade brasileira de forma geral. Mesmo nesse contexto, a diferença de opinião entre brancos, pardos e pretos e entre brancos e negros não é grande da forma que Hutchings e Valentino (2004) relatam sobre os estudos feitos no Estados Unidos, onde a diferença chegava a 50 p.p.

Podemos esperar uma diferença menor em relação aos enunciados quando analisamos a pesquisa realizada à nível nacional. A figura 3 traz os apoios aos enunciados por raça.

Figura 3 – Apoio por raça aos enunciados - Ternária - Nacional



Como esperado a diferença entre as categorias raciais foram bem menores do que

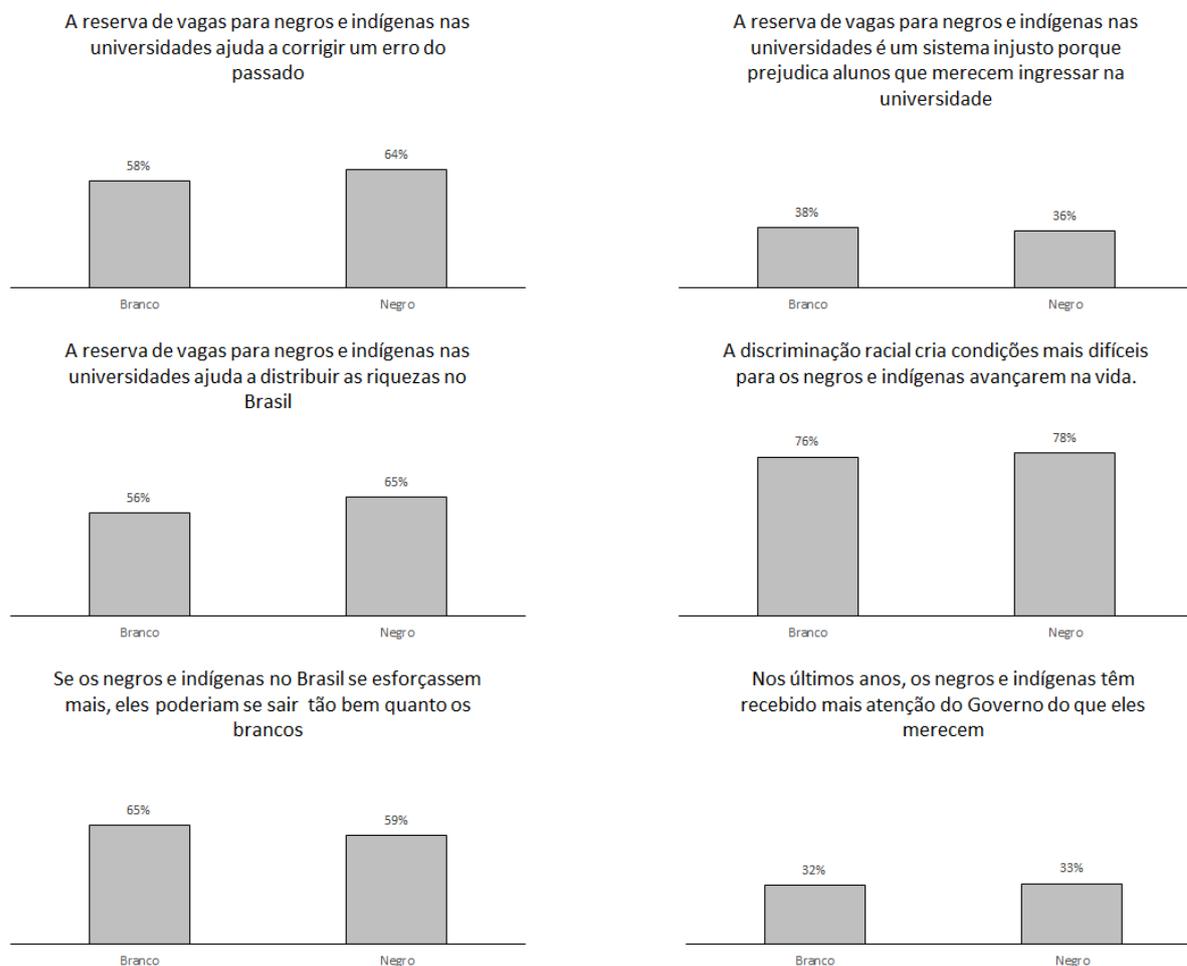
a diferença encontrada no ambiente universitário. A média da diferença entre pardos e brancos foi de 3,1 p.p, enquanto que a diferença entre pretos e brancos foi de 4,1 p.p, apenas 1 p.p maior.

A maior diferença entre brancos e pardos foi de 7 p.p em relação aos enunciados que dizem que às cotas ajudam a corrigir um erro do passado, e que as cotas ajudam a distribuir as riquezas do país, uma diferença baixa. A menor diferença foi em relação ao enunciado que diz que as cotas são um sistema injusto que prejudicam alunos que merecem de ingressar na universidade. Nesse caso, os brancos apoiaram com 38%, e os pardos com 37%.

Já em relação à diferença entre brancos e pretos, temos uma queda muito mais acentuada em relação as universidades. Se antes a média da diferença era de 22,83 p.p, aqui a mesma medida ficou em 4,1 p.p, sendo que a maior delas foi 10 p.p em relação ao enunciado que diz que a discriminação racial cria condições mais difíceis para negros e indígenas avançarem na vida. A menor diferença foi de 2 p.p, no enunciado que diz que se os negros e indígenas se esforçassem mais, eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos.

Utilizando a forma binária de classificação racial, temos a figura 4 com os apoios de brancos e negros:

Figura 4 – Apoio por raça aos enunciados - Binária - Nacional



É possível observar que a média das diferenças também cai bastante em relação às universidades federais, se antes a média era de 17,6 p.p, no cenário nacional ela é apenas de 1,6 p.p. Sendo que em nenhum caso a diferença passa de 9 p.p, que é a maior diferença e se refere ao enunciado que diz que às cotas ajudam a distribuir riquezas no Brasil. A menor diferença é de 1 p.p e refere-se ao enunciado que diz que negros e indígenas têm recebido mais atenção do governo do que merecem. Interessante ressaltar que no âmbito nacional o apoio dos brancos se aproxima do apoio dos pardos e pretos em relação às cotas, onde em 2 enunciados ("ajuda a corrigir um erro do passado", e "ajuda a corrigir um erro do passado"), o apoio passa de 50%. No caso das universidades em nenhuma dos enunciados o apoio dos brancos passam de 50%.

Como pode-se perceber das análises das estatísticas descritivas apresentadas, o estudo de atitudes raciais no Brasil, mesmo em um contexto universitário, se torna uma tarefa difícil, pois a diferença de opinião entre as categorias raciais é pequena.

Os próximos resultados são referentes às análises multivariadas e apresentam o efeito marginal da raça nas variáveis dependentes para as duas pesquisas realizadas e

para as duas formas de classificação racial.

8.0.2 Estatísticas Inferenciais – Análises Multivariadas

As análises multivariadas permitem que seja possível verificar o efeito marginal da raça sobre a probabilidade de apoio ao enunciado analisado, controlando por outras variáveis sociodemográficas. Além disso, é possível saber se a diferença do efeito marginal de uma raça em relação a outra, é estatisticamente significativa, ou não.

A figura 5 traz os gráficos que mostram o efeito marginal da raça sobre os enunciados onde a questão racial é saliente, utilizando a forma de classificação ternária (branco, pardo e preto), para um intervalo de confiança de 95%, que significa que caso as estimativas fossem refeitas por diversas vezes, haveria a probabilidade de 95% dos valores estarem dentro do intervalo de confiança estabelecido.

Como é possível observar há um padrão nos efeitos marginais das raças sobre a probabilidade de apoio ao enunciado. Em relação ao enunciado que diz as cotas são uma importação de política pública dos Estados Unidos que não se adequam à realidade brasileira, a probabilidade de apoio dos brancos é de 34%, dos pardos é de 29% e dos pretos de 18%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 5 pontos percentuais (p.p) e dos brancos e pretos é de 16 p.p.

Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, a probabilidade de apoio dos brancos é de 34%, dos pardos é de 43% e dos pretos de 60%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 9 p.p e dos brancos e pretos é de 26 p.p.

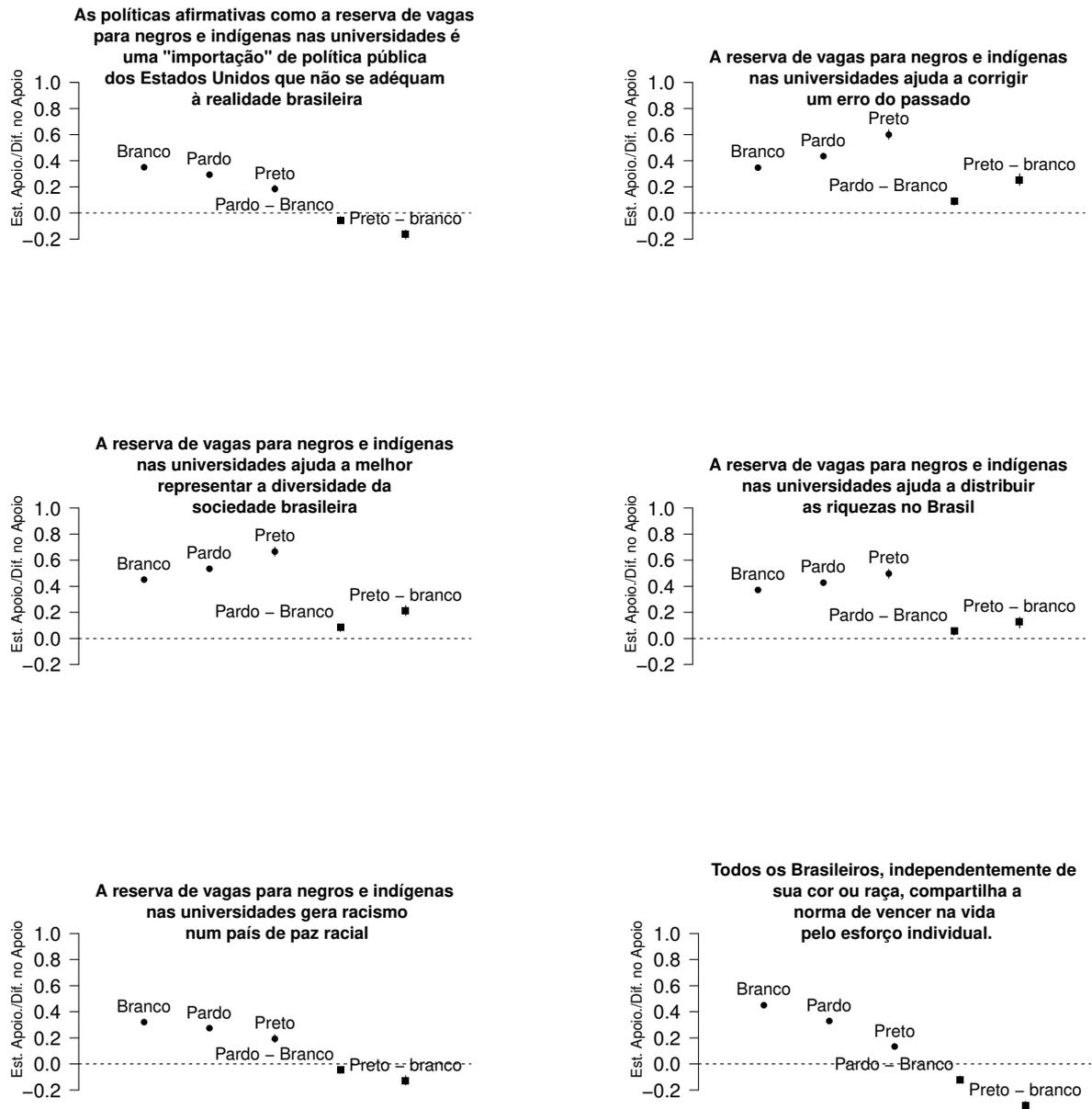
Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira, a probabilidade de apoio dos brancos é de 45%, dos pardos é de 53% e dos pretos de 66%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 8 p.p e dos brancos e pretos é de 21 p.p.

Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam distribuir as riquezas do Brasil, a probabilidade de apoio dos brancos é de 37%, dos pardos é de 42% e dos pretos de 49%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 5 p.p e dos brancos e pretos é de 12 p.p.

Em relação ao enunciado que diz as cotas geram racismo em um país de paz racial⁰, a probabilidade de apoio dos brancos é de 32%, dos pardos é de 27% e dos pretos de 19%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 5 p.p e dos brancos e pretos é de 13 p.p.

Em relação ao enunciado que diz que todos os brasileiros, independentemente da sua cor ou raça, compartilham da norma de vencer na vida pelo esforço individual, a

Figura 5 – Efeito marginal das raça por enunciado - Ternária - Universidade



probabilidade de apoio dos brancos é de 45%, dos pardos é de 32% e dos pretos de 19%. Todas as diferenças são estatisticamente significantes, sendo que a diferença entre os brancos e os pardos é de 13 p.p e dos brancos e pretos é de 26 p.p.

A média das diferenças entre os efeitos marginais da raça branco e pardo, no caso das universidades, é de 7,5 p.p, e a média das diferenças entre os efeitos marginais da raça branco e preto é de 19 p.p, mais do que o dobro, quando comparado com os pardos. Destaca-se dos enunciados a diferença de 26 p.p entre o efeito marginal da raça preto e da raça branco, quando a correção de erro do passado e quando se afirma que pelo esforço individual, independente da raça, compartilham da norma de vencer na vida. Tal diferença é indicativo, que nas universidades, as pessoas que se classificam como pretos, possuem uma leitura sobre a formação racial brasileira, destacada no início dessa dissertação, diferente, e possivelmente mais crítica, do que os pardos e os brancos.

Pode-se considerar que as diferenças que fazem com que haja uma maior probabilidade de não apoio, para uma probabilidade de apoio (e o contrário também), sejam diferenças substanciais. Esse caso acontece em relação ao segundo enunciado analisado (as cotas ajudam a corrigir um erro do passado), e ao terceiro enunciado (as cotas ajudam a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira). Pode-se estabelecer também que diferenças acima de 25 p.p sejam consideradas grandes, e isso só ocorre nos enunciados destacados no parágrafo anterior.

A figura 6 traz os gráficos que mostram os efeitos marginais das raças sobre os mesmos enunciados, porém utilizando a forma binária de classificação racial.

Como é possível observar há um padrão nos efeitos marginais das raças sobre a probabilidade de apoio ao enunciado. Em relação ao enunciado que diz as cotas são uma importação de política pública dos Estados Unidos que não se adequam à realidade brasileira, a probabilidade de apoio dos brancos é de 32%, dos negros é de 24%. A diferença de 8 p.p é estatisticamente significativa.

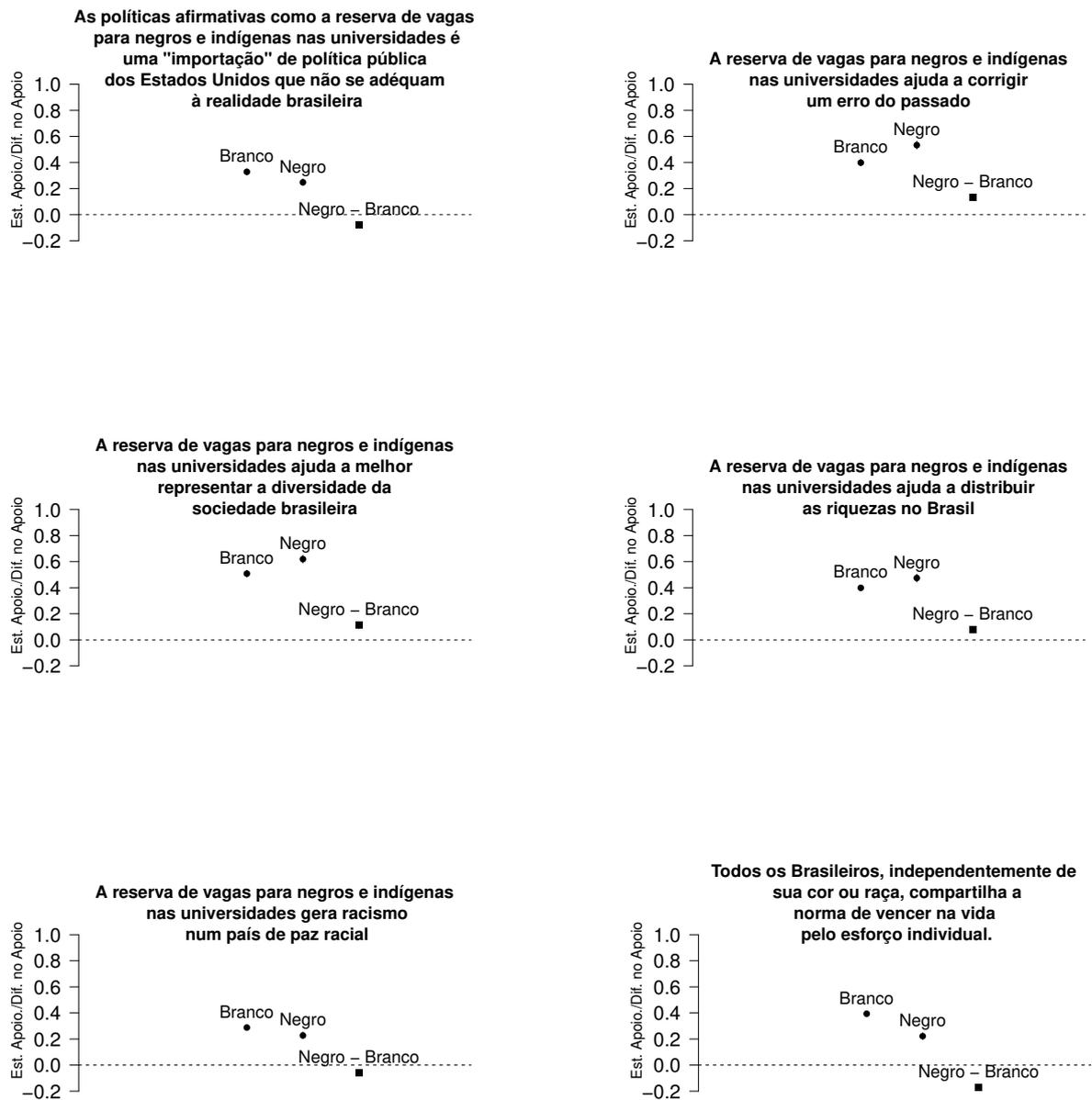
Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, a probabilidade de apoio dos brancos é de 39%, dos negros é de 53%. A diferença de 14 p.p é estatisticamente significativa.

Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira, a probabilidade de apoio dos brancos é de 50%, dos negros é de 61% . A diferença de 11 p.p é estatisticamente significativa.

Em relação ao enunciado que diz as cotas ajudam distribuir as riquezas do Brasil, a probabilidade de apoio dos brancos é de 39%, dos negros é de 47% . A diferença de 18 p.p é estatisticamente significativa.

Em relação a enunciado que diz as cotas geram racismo em um país de paz racial, a probabilidade de apoio dos brancos é de 28%, dos negros é de 22% . A diferença de 6

Figura 6 – Efeito marginal das raças por enunciado - Binária - Universidade



p.p é estatisticamente significativa

Em relação ao enunciado que diz que todos os brasileiros, independentemente da sua cor ou raça, compartilham da norma de vencer na vida pelo esforço individual, a probabilidade de apoio dos brancos é de 39%, dos negros é de 22% . A diferença de 17 p.p é estatisticamente significativa.

A média da diferença entre os efeitos marginais da raça branco e da raça negro, é de 12,3 p.p. Quando comparamos a média dessa diferença com a média da diferença nas análise multivariadas com a classificação ternária, percebemos que essa média é um valor intermediário entre a média das diferenças entre brancos e pardos (7,5 p.p) e entre brancos e pretos (19 p.p).

Pode-se considerar que as diferenças que fazem com que haja uma maior probabilidade de não apoio, para uma probabilidade de apoio (e o contrário também), sejam diferenças substanciais. Esse caso acontece apenas em relação ao segundo enunciado analisado (as cotas ajudam a corrigir um erro do passado) Pode-se estabelecer também que diferenças acima de 25 p.p sejam consideradas grandes, e isso não ocorre em nenhum enunciado.

A figura 7 traz os gráficos que mostram os efeitos marginais das raças sobre a probabilidade de apoiar os enunciados analisado, porém para a pesquisa realizada em âmbito nacional, utilizando a classificação racial ternária.

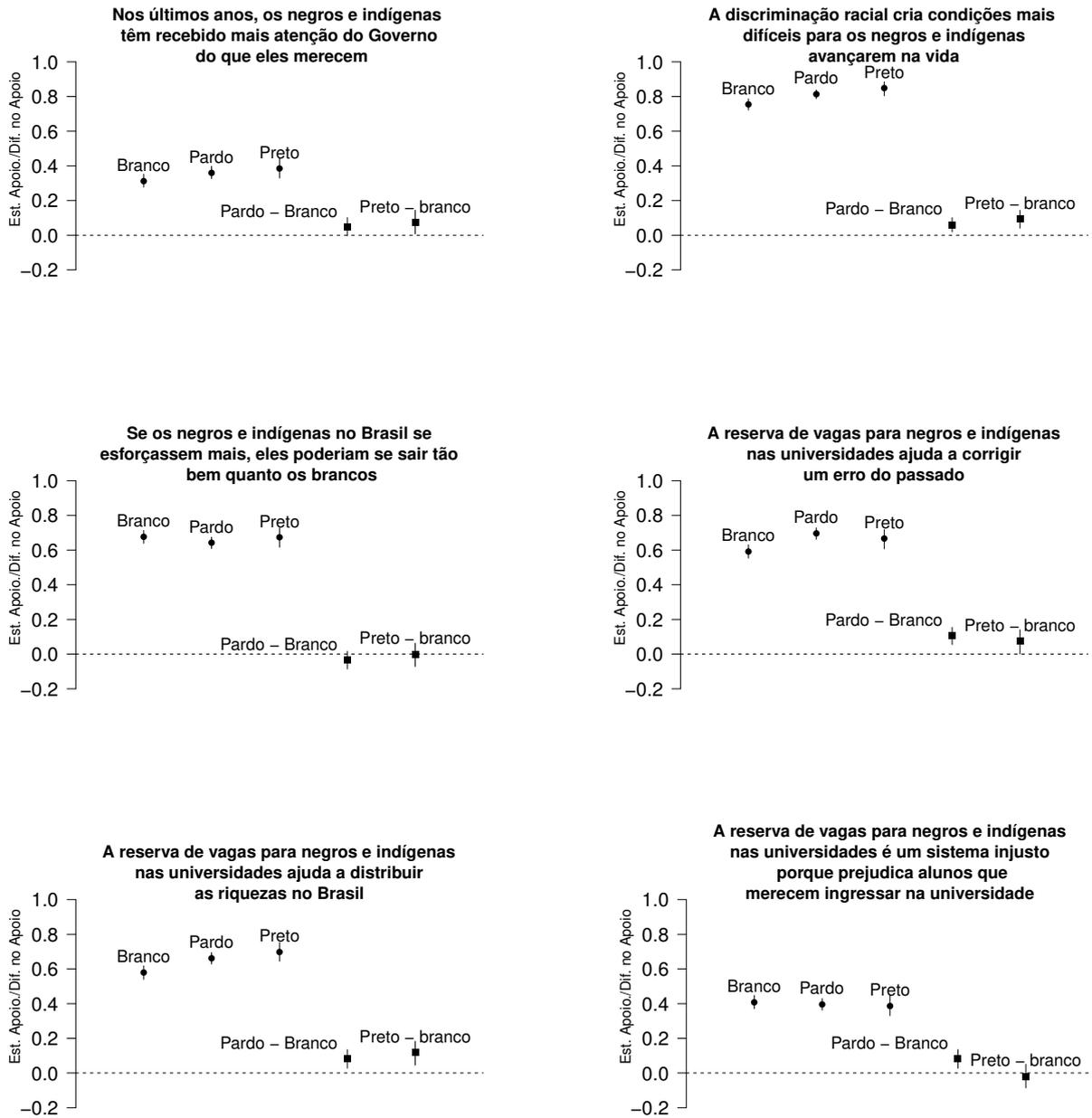
Diferentemente do que ocorre nas universidades, é possível observar que não há um padrão claro no comportamento dos efeitos marginais das raças, isso é, as vezes os efeitos marginais da raça pardo estão mais próximos da raça branco, e as vezes os feitos mais próximos são da raça preto.

Em relação ao primeiro enunciado “Nos últimos anos, os negros e indígenas têm recebido mais atenção do Governo do que eles merecem”, não há diferença estatisticamente significativa, ao nível de confiança de 95%, entre pardos (36%) e brancos (31%). Porém, entre brancos e pretos (38%) a diferença é estatisticamente significativa. Apesar da significância estatística, não podemos afirmar que é uma diferença substancial entre os efeitos das raças, pois a diferença ainda é pequena 7 p.p.

No segundo enunciado “A discriminação racial cria condições mais difíceis para os negros e indígenas avançarem na vida”, há diferença estatisticamente significativa, ao nível de confiança de 95%, entre pardos (81%) e brancos (75%) e também entre pretos (85%) e brancos. Apesar da significância estatística, não podemos afirmar que é uma diferença substancial entre os efeitos das raças, pois a diferença ainda é pequena, 6 p.p entre brancos e pardos, e 9 p.p entre brancos e pretos.

No terceiro enunciado “Se os negros e indígenas no Brasil se esforçassem mais, eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos”, não há diferença estatisticamente

Figura 7 – Efeito marginal das raça por enunciado - Ternária - Nacional



significante, ao nível de confiança de 95%, entre pardos (64%) e brancos (67%) e também entre pretos (67%) e brancos.

Os três enunciados acima referem-se à atenção que o governo deu em relação a negros e indígenas, a discriminação racial e a existência de uma meritocracia onde negros e indígenas conseguiriam se sair tão bem quanto brancos pelo esforço individual. Em maior ou menor grau, as três referem-se a desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira, e mesmo assim há apenas uma pequena diferença na probabilidade de apoiar esses enunciados entre as categorias raciais. Além disso, não há padrão nos efeitos marginais da raça. Na primeira questão há diferença estatisticamente significativa entre pretos e brancos, mas não entre pardos e pretos. Na segunda, há diferença entre pardos e brancos e também entre pretos e brancos, e na terceira não há diferença estatisticamente significativa entre os efeitos das raças.

Os próximos três enunciados analisados, referem-se especificamente às cotas raciais.

Os enunciados que dizem que a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a corrigir um erro do passado e ajuda a distribuir a riqueza no Brasil, a diferença do efeito marginal da raça branco e pardo e da raça branco e preto, são estatisticamente significantes. Para o enunciado que sugere corrigir um erro do passado os valores que a variável dependente assume são: 59% para branco, 69% para pardo, e 66% para preto. Para o enunciado que sugere distribuir riqueza no Brasil, os valores são: 58% para branco, 66% para pardo, e 69% para preto.

Apesar de estatisticamente significativa, a diferença chega ao máximo de 10 p.p, e possui comportamento diferente quando analisamos as distâncias entre pardos e pretos em relação aos brancos. Sobre corrigir um erro do passado, pardos se diferenciam mais dos brancos (10 p.p), ante a 7 p.p de diferença entre pretos e brancos, já em relação a distribuição de riqueza, pretos se diferenciam mais dos brancos (10 p.p), ante a 7 p.p de diferença entre pardos e brancos. Cabe ressaltar, que ambas os enunciados se referem a uma política pública que para acessá-la o cidadão deve ser pardo ou preto. Podemos inferir, dada a maior diferença entre todas os enunciados analisados, que nesse caso, por estar evidente um interesse pessoal, as diferenças entre os efeitos marginais das raças na probabilidade de concordar com os enunciados são maiores, porém, ainda pequenas.

O último enunciado analisado, que diz que as cotas são um sistema injusto, porque prejudicam alunos que merecem ingressar na universidade, não tem diferença estatisticamente significativa entre os efeitos marginais das raças, muito provavelmente pela alta desejabilidade social que há, principalmente em relação aos brancos, de não pronunciar que as cotas são um sistema injusto. Nota-se que a probabilidade de brancos e pardos apoiarem são relativamente baixas e próximas, 40% e 39%, respectivamente, e no caso dos pretos também, 38%.

O média das diferenças entre o efeitos marginais da raça branco e os efeitos marginais da raça pardo é de 4,8 p.p, e a média das diferenças entre os efeitos marginais da raça branco e os efeitos marginais da raça preto é de 6,1 p.p. As médias são consideravelmente menores do que as encontradas nas universidades. No caso universitário a média da diferença entre os efeitos marginais da raça branco e os efeitos marginais da raça pardo é de 7,5 p.p, 2,7 p.p menor, e a média da diferença entre os efeitos marginais da raça branco e da raça preto é de 19 p.p, 12,9 p.p menor.

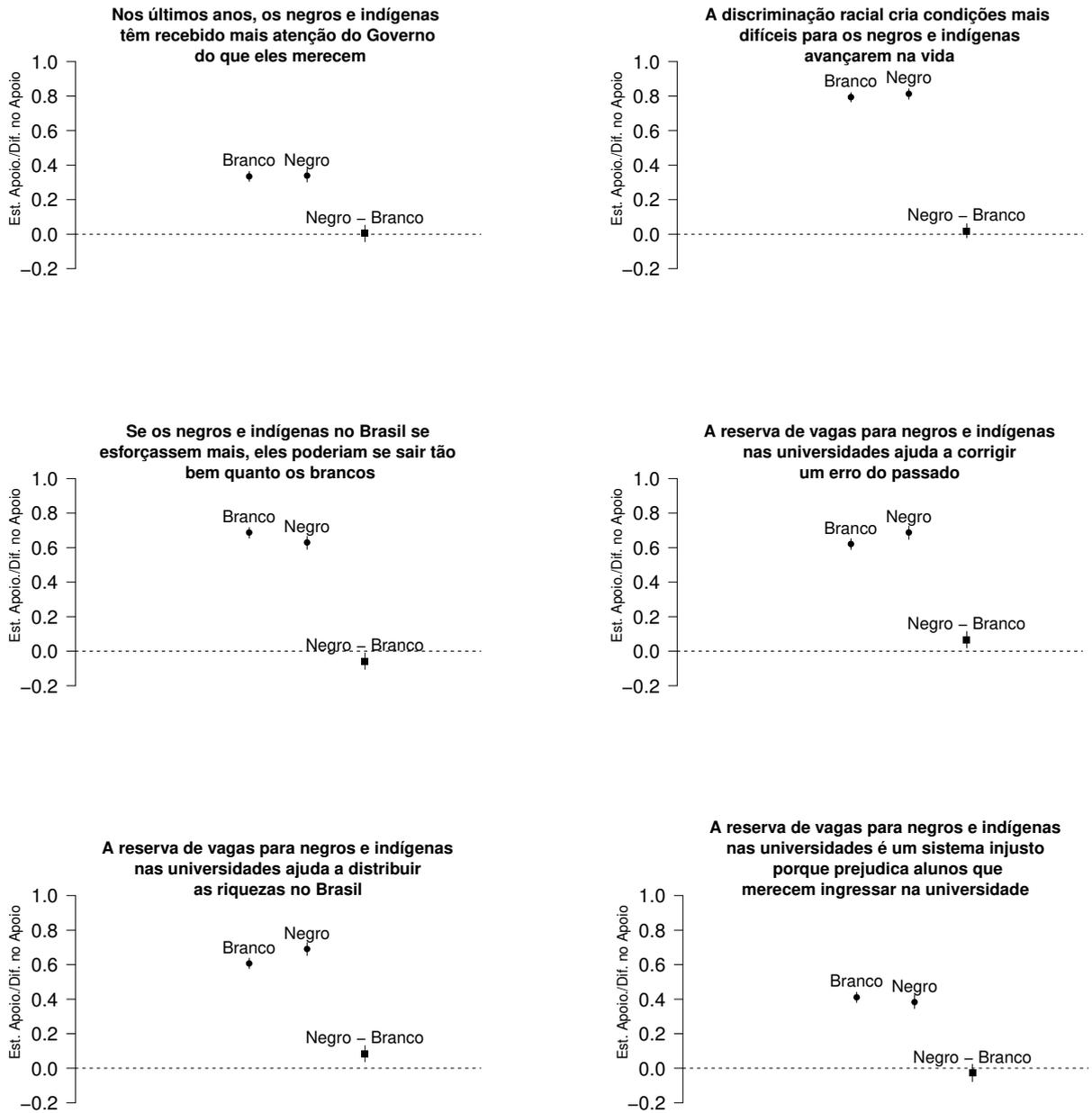
Ao utilizar a forma de classificação racial do ternária e analisar o efeito marginal das raças sobre a probabilidade de apoiar o enunciado analisada, na pesquisa realizada em âmbito nacional, podemos verificar que não há um comportamento consistente e padronizado, como em relação os enunciados analisadas nas pesquisas realizadas nas universidades. Isso é, o efeito marginal da raça pardo nem sempre tem valor intermediário entre o efeito marginal da raça branco e preto, e também nem sempre há significância estatística entre as diferenças dos efeitos das raças. Diferente do que ocorre nas universidades, onde há sempre diferenças estatisticamente significantes e onde os efeitos marginais da raça pardo sempre tem magnitude intermediária entre os efeitos marginais da raça branco e os efeitos marginais da raça preto.

A figura 8 traz os efeitos marginais das raças sobre os enunciados que foram calculados utilizando-se a forma de classificação racial binária.

Quando utilizada a forma de classificação racial subjetiva, podemos notar que em relação aos enunciados que dizem que negros e indígenas receberam mais atenção do governo do que mereciam, que a discriminação racial cria condições mais difíceis para negros e indígenas avançarem na vida e que se os negros e indígenas se esforçassem mais eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos, que a probabilidade de concordar com elas é bastante próxima entre brancos e negros. Para o primeiro enunciado destaca nesse parágrafo temos como efeito marginal da raça branco e negro, a seguinte probabilidade de apoio, 33%. Para o segundo enunciado, as probabilidades são 79% e 81%, para brancos e negros, respectivamente e para o terceiro enunciado, 68% e 62%, respectivamente, para brancos e negros. Apenas para o última enunciado há diferença estatisticamente significativa. Apesar disso, as diferenças não são substanciais e são pequenas: 0 p.p para o primeiro enunciado, 2 p.p para segunda e 6 p.p para a terceira.

Em relação aos enunciados que se referem as cotas raciais para negros e indígenas, assim como na análise dos enunciado que utilizaram a classificação racial do ternária, temos diferença estatisticamente significativa apenas para os enunciados que dizem que as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, e ajudam a distribuir a riqueza no Brasil. Para esses enunciados as probabilidades de brancos e negros concordarem são, 62% e 68%, e 60% e 69%, respectivamente. A diferença máxima é de 9%, e surpreende ser menor que as diferença quando analisamos em relação à forma de classificação racial ternária, isso

Figura 8 – Efeito marginal das raça por enunciado - Binária - Nacional



porque nesse caso (ternária), pardos e pretos deveriam saber em relação ao enunciado, que eles compõem o grupo negro, beneficiado pelas cotas, mas na classificação subjetiva, essa ligação já é mais direta, são pessoas que se classificaram apenas como negras e estão sendo perguntadas sobre políticas afirmativas que as beneficiariam. Podemos esperar que haja efeitos da desejabilidade social para concordar ou não com esses enunciados, tanto para brancos quanto para negros, e que a real diferença poderia ser maior. Contudo, apesar disso, nos Estados Unidos, mesmo sem controlar pela desejabilidade social, as diferenças são maiores do que as encontradas aqui.

Por último, o enunciado que diz que as cotas representam um sistema injusto, não possui diferença estatisticamente significativa entre brancos e negros, 41% e 38%, respectivamente.

A média das diferenças é de 4,5 p.p, consideravelmente menor do que a média das diferenças calculadas para a classificação binária nas universidades, que é de 12,3 p.p, 7,8 p.p maior.

Os resultados encontrados nas análises realizadas nos permitem fazer o teste das hipóteses levantadas anteriormente. A hipótese *H1* pode ser confirmada, pois de fato as diferenças dos efeitos marginais das raças nas pesquisas realizadas nas universidades são consideravelmente maiores do que as diferenças encontradas entre os efeitos marginais das raças na pesquisa nacional. Este fenômeno ocorre tanto se utilizando a forma de classificação racial ternária, quando a forma de classificação racial binária. Na média as diferenças entre brancos e pardos na pesquisa das universidades é de 7,5 p.p, enquanto que na pesquisa nacional essa diferença é de 4,8 p.p. Em relação a média das diferenças entre brancos e pretos, na pesquisa das universidades ela é de 19 p.p e na pesquisa nacional essa média é de 6,1 p.p.

A hipótese *H2* também pode ser confirmada em parte, pois de fato a média das diferenças entre o efeito das raças utilizando a classificação binária é maior do que a média das diferenças dos efeitos da raça branco e pardo, porém menor do que a média das diferenças dos efeitos da raça branco e preto, apenas no caso das universidades. Neste caso, a média das diferenças utilizando a classificação binária é de 12,3 p.p, magnitudes que se encontra entre as média da diferença entre o efeito da raça branco e pardo, e branco e preto, 7,5 p.p e 19 p.p, respectivamente.

Para o caso da pesquisa nacional a média das diferenças utilizando a classificação binária (4,5 p.p) é menor do que a média das diferenças entre os efeitos da raça branco e pardo (4,8 p.p) e a média da diferença entre os efeitos da raça branco e preto (6,1 p.p).

A hipótese *H3* também pode ser confirmada em partes. As diferenças encontradas entre os efeitos das raças em geral não são substanciais e também não são grandes. Porém, em dois casos na pesquisa das universidades, a diferença entre o efeito da raça branco e

o efeito da raça preto ultrapassou 25 p.p, e também em dois casos passou-se de uma maior probabilidade de não-apoio para uma probabilidade de apoio, quando analisados os efeitos da raça branco e da raça preto, também nas universidades. Este último fenômeno também ocorreu uma vez no caso das universidades, utilizando-se a classificação binária. De toda forma, esses casos, como foi possível observar, se configuraram como exceções, e não regra.

9 Discussão

A formação racial brasileira e os discursos raciais que imperaram por quase todo século XX no país, trouxeram uma característica diferenciada para a questão racial no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos, temos evidências empíricas da formação de grupos em torno das raças [Kinder e Sears 1981, Sears 1988, Bobo 1988, Sniderman et al. 1991, Kinder e Winter 2001], no Brasil essa questão é objeto de análise de diversos estudos, até então sem resultados consensuais.

A identificação racial, por si só, é algo fluído, multifacetado e inconsistente quando se compara diferentes metodologias de classificação (Simões e Jeronimo, 2007; [Muniz 2012], e isso é um indicativo da dificuldade de se delimitar fronteiras simbólicas raciais entre diferentes grupos.

A narrativa da democracia racial, foi influente na sociedade brasileira e apontada por uns (Sales Júnior, 2006) como uma estratégia das elites para dirimir os conflitos raciais no país. Isso é, não evidenciar a desigualdade racial no Brasil, dada uma suposta convivência pacífica entre diferentes raças, fez com que as divisões raciais fossem colocadas em segundo plano.

Entretanto, a democracia racial não ficou apenas no discurso, alguns mecanismos operaram para que essa narrativa tivesse fundamentação na realidade. A miscigenação inter-racial no Brasil, gerou uma massa populacional onde a raça ficou de certa forma indefinida.

A psicologia social traz explicações no sentido da formação de grupo baseado em categorias sociais. A identificação interna e diferenciação externa são passos fundamentais para a formação de um grupo social. O caso dos pardos é emblemático por isso. Não há elementos internos que agrupem os pardos como um grupo social distinto de outros, a questão fenotípica é um *continuum* de cor que vai de pardos quase brancos a pardos quase pretos. Os elementos simbólicos culturais, da mesma forma, não são bem definidos, sendo a maioria referenciada aos símbolos negros.

A questão de utilizar símbolos negros e tratar esse grupo como a soma dos pardos e pretos, é sensível, pois quando os pardos necessitam se classificar como brancos ou negros, apenas 32,21% no caso das universidades, e 38% em âmbito nacional, se classificam apenas na segunda opção. Isso é, a maioria dos pardos não se consideram apenas negros, muitos se consideram brancos, ou brancos e negros, mostrando a falta de elementos agrupadores internos e distintivo externo, para a formação do grupo.

Os dados analisados nessa dissertação corroboram as hipóteses levantadas. Nas

universidades, parece haver um comportamento mais consistente e maiores quando analisamos os efeitos marginais da raça sobre as atitudes políticas. Isso é, o efeito marginal da raça pardo possui uma magnitude sobre a variável dependente, sempre intermediária em relação a magnitude do efeito marginal da raça branco, e o efeito marginal da raça preto.

Todas as diferenças são estatisticamente significantes, porém a maioria substancialmente pequenas, chegando ao máximo de 26 p.p na diferença entre o efeito marginal da raça branco e o efeito marginal da raça preto, quando se analisa enunciados dizendo que as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, e que todo brasileiro compartilha a norma de vencer pelo esforço individual, independente da sua raça ou cor. A média da diferença entre os efeitos da raça é de 7,5 p.p entre pardos e brancos e de 19 p.p, entre pretos e brancos.

Quando analisamos esses efeitos no cenário nacional, as diferenças são ainda menores. A máxima diferença dos efeitos da raça sobre a probabilidade de concordar com algum enunciado analisado, chega a 10 p.p, entre brancos e pardos e também entre brancos e pretos, quando analisa-se o efeito sobre os enunciados que dizem que a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a distribuir a corrigir um erro do passado e que a reserva de vagas para negros e indígenas ajuda a distribuir a riqueza no Brasil, respectivamente.

Além de uma menor diferença, não há um comportamento consistente dos efeitos marginais das raças sobre as variáveis dependentes. Dos seis enunciados analisadas, a diferença entre o efeito marginal da raça pardo e da raça branco, só foi estatisticamente significativa em 3 delas, sendo dois sobre ações afirmativas. Quando analisamos a diferença entre os efeitos marginais das raças preto e branco, 4 delas são estatisticamente significantes, sendo 2 sobre ações afirmativas.

Utilizando a forma de classificação racial subjetiva, temos diferenças ainda menores. No caso das universidades todas são estatisticamente significantes, porém a diferença máxima entre brancos e negros chega a 18p.p, em relação ao enunciado que diz que as cotas ajudam a distribuir as riquezas no Brasil. No caso nacional, a diferença de probabilidade de concordar com o enunciado analisado, chega ao máximo de 10 p.p, quando se analisa que as cotas ajudam a distribuir as riquezas do brasil, para brancos e pretos, e quando se analisa que as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, para brancos e pardos.

Os achados permitem inferir que analisar atitudes raciais no Brasil é uma tarefa possível, porém que deve ser feita utilizando estratégias para atingir a maior diferença possível entre os efeitos das categorias raciais sobre as variáveis dependentes. Os resultados sugerem que a formação de grupo em torno da raça está relacionada com a capacidade intelectual (ou um ambiente de maior discussão sobre a temática) de se distinguir racialmente de outros grupos, isso devido aos achados de que nas universidades federais a

diferença entre os efeitos da raça são de 2,7 p.p maiores para pardos e brancos, e 12,9 p.p para os pardos e pretos.

Os achados também permitem inferir que a categoria racial negro possui menos delimitação de fronteiras simbólico raciais em relação aos brancos do que a categoria racial preto. Isso por que a média da diferença, no caso das universidades onde elas são maiores, chega a 12,3 p.p para negros e brancos, e a 19 p.p para pretos e brancos.

Em diálogo com os estudos que já foram realizados até então no Brasil sobre atitudes raciais, pode-se dizer que o fato de alguns deles não encontrarem resultados estatisticamente significantes para explicar a diferença de opinião entre as categorias raciais [Bailey 2002, Bailey, Fialho e Peria 2015, Vidigal 2016] deve-se ao fato dos pressupostos teóricos levantados não contextualizarem a questão racial no Brasil, trazendo métodos e teorias aplicados no contexto norte-americano, onde há uma clara delimitação de fronteiras raciais, para o Brasil, onde essa delimitação não é tão definida. Os autores provavelmente não se atentaram que para estudar atitudes raciais, a primeira evidência necessária é uma grande diferença de opinião entre as categorias raciais [Hutchings e Valentino 2004].

Sobre os estudos que concluíram que há comunidades raciais no Brasil, por meio de análises econométricas, onde encontrou-se diferença estatisticamente significativa entre o apoio das categorias raciais a enunciados selecionados [Porto 2016, Porto, Fuks e Muniz 2016], pode-se concluir que foi uma generalização provavelmente exagera. Como essa dissertação mostrou, a diferença estatisticamente significativa, não se traduz em diferenças substancialmente significantes.

10 Conclusão

A partir dos dados analisados nessa dissertação pode-se concluir que o estudo de atitudes raciais no Brasil se torna uma tarefa árdua para os pesquisadores, devido principalmente a um fator chave: a pouca diferença de atitudes entre os grupos raciais brasileiros. Indicando que estratégias diferentes, como técnicas de auditagem e outros tipos de experimentos, podem trazer melhores resultados para os estudos nessa área.

Podemos, em termos comparativos, inferir que a forma que o Brasil se construiu racialmente (miscigenação, mito da democracia racial, etc...), influiu na pouca diferenciação, em termos de atitudes políticas, entre os grupos raciais. Mesmo quando analisamos o efeito marginal da raça sobre enunciados onde o tema racial é saliente, as diferenças encontradas são pequenas perto do que encontramos em países como os Estados Unidos, onde houve segregação formal entre brancos e negros.

Essa dissertação buscou trazer dados mais robustos sobre a temática, analisando mais de 12 enunciados onde a raça é uma questão saliente, em dois contextos distintos: as universidades e o âmbito nacional. O que ficou evidenciado, é que mesmo nas universidades, onde a questão racial é mais discutida e há uma consistência das atitudes em relação aos grupos raciais, as diferenças entre os feitos marginais da raça são pequenas, sendo maior entre brancos e pretos, do que entre brancos e pardos ou brancos e negros, de um modo geral.

O fato de que o efeito marginal da raça pardo, no caso das universidades, sempre possuir magnitude intermediária entre o efeito da raça preto e da raça branco, somado a evidência de que grande parte dos pardos se consideram pertencentes a mais de um grupo racial (negro e branco), permite que seja realizado a inferência, de que na verdade os pardos atuam como um não-grupo, no caso brasileiro, servindo como um “colchão”, entre posicionamentos mais distintos, no caso, brancos e pretos, quando analisamos um contexto mais intelectualizado, como o caso das universidades.

As evidências que as análises da pesquisa nacional trazem, apontam que, quando o enunciado não envolve uma política pública que a classificação racial influi sobre seu acesso ou não (cotas raciais), a diferença entre o efeito marginal das raças sobre a variável dependente, é pequena e na maioria das vezes nem chega a ser estatisticamente significativa.

Todas as conclusões apontam para o fato de que estratégias distintas devem ser utilizadas para explicar as pequenas diferenças de opinião entre as categorias raciais no Brasil, quando não, indicam que no caso brasileiro a opinião pública não é substancialmente influenciada pela raça como nos Estados Unidos.

Referências

- ACHARYA, A.; BLACKWELL, M.; SEN, M. Analyzing causal mechanisms in survey experiments. *Unpublished manuscript, Department of Political Science, Stanford University, Palo Alto, California. Copy at [http://j. mp/2oEc4IS](http://j.mp/2oEc4IS)*, 2017. Citado na página 30.
- ADORNO, T. W. et al. The authoritarian personality, new york (harper & brothers) 1950. 1950. Citado na página 13.
- ALLEN, R. L. *The concept of self: A study of Black identity and self-esteem*. [S.l.]: Wayne State University Press, 2001. Citado na página 14.
- ALTHAUS, S. L. Information effects in collective preferences. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 92, n. 3, p. 545–558, 1998. Citado na página 7.
- ANSOLABEHERE, S.; RODDEN, J.; SNYDER, J. M. The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 102, n. 2, p. 215–232, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 54.
- BAILEY, S. R. The race construct and public opinion: Understanding brazilian beliefs about racial inequality and their determinants. *American Journal of Sociology*, The University of Chicago Press, v. 108, n. 2, p. 406–439, 2002. Citado 3 vezes nas páginas 8, 15 e 46.
- BAILEY, S. R.; FIALHO, F.; PERIA, M. Support for race-targeted affirmative action in brazil. *Ethnicities*, SAGE Publications Sage UK: London, England, p. 1468796814567787, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 8, 15 e 46.
- BARABAS, J. et al. The question (s) of political knowledge. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 108, n. 4, p. 840–855, 2014. Citado na página 7.
- BARKER, L. J.; JONES, M. H.; TATE, K. *African Americans and the American political system*. [S.l.]: Pearson College Division, 1999. Citado na página 13.
- BARTELS, L. M. Uninformed votes: Information effects in presidential elections. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 194–230, 1996. Citado na página 7.
- BERINSKY, A. J. The two faces of public opinion. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 1209–1230, 1999. Citado na página 13.
- BLAIR, G.; IMAI, K. Statistical analysis of list experiments. *Political Analysis*, Cambridge University Press, v. 20, n. 1, p. 47–77, 2012. Citado na página 15.
- BOBO, L. Group conflict, prejudice, and the paradox of contemporary racial attitudes. In: *Eliminating racism*. [S.l.]: Springer, 1988. p. 85–114. Citado 3 vezes nas páginas 12, 15 e 44.
- BREWER, M. B. *Intergroup relations*. [S.l.]: Oxford University Press, 2010. Citado na página 18.

- BROOKS, D. J. Testing the double standard for candidate emotionality: Voter reactions to the tears and anger of male and female politicians. *The Journal of Politics*, Cambridge University Press New York, USA, v. 73, n. 2, p. 597–615, 2011. Citado na página 7.
- BRUBAKER, R. Ethnicity without groups. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, Cambridge University Press, v. 43, n. 2, p. 163–189, 2002. Citado na página 18.
- BRUBAKER, R.; LOVEMAN, M.; STAMATOV, P. Ethnicity as cognition. *Theory and society*, Springer, v. 33, n. 1, p. 31–64, 2004. Citado na página 18.
- CANON, D. T. *Race, redistricting, and representation: The unintended consequences of black majority districts*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1999. Citado na página 13.
- CARMINES, E. G.; STIMSON, J. A. *Issue evolution*. [S.l.]: Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989. Citado na página 13.
- DAWSON, M. C. *Behind the mule: Race and class in African-American politics*. [S.l.]: Princeton University Press, 1995. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 14.
- FAVERO, L.; FÁVERO, P. *Análise de Dados: Técnicas multivariadas exploratórias com SPSS e Stata*. [S.l.]: Elsevier Brasil, 2017. Citado na página 55.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. [S.l.]: Globo livros, 1964. v. 2. Citado na página 12.
- GERBER, A. S. et al. Personality and political attitudes: Relationships across issue domains and political contexts. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 104, n. 1, p. 111–133, 2010. Citado na página 7.
- GIRARDI, E. *Proposição de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. 2008*. Tese (Doutorado) — Tese (Doutorado em Geografia)-Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia–UNESP, Presidente Prudente, 2008. Citado na página 58.
- GOMES, N. L. et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal*, v. 10639, n. 03, 2005. Citado na página 12.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor e outros conceitos analíticos in: Sansone, livio; pinho, osmundo araujo.(orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*, v. 2, p. 63–82, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 17.
- HASENBALG, C. A. *Race relations in modern Brazil*. [S.l.]: Latin American Institute, University of New Mexico, 1984. Citado na página 12.
- HOGG, M. A.; TURNER, J. C. Intergroup behaviour, self-stereotyping and the salience of social categories. *British Journal of Social Psychology*, Wiley Online Library, v. 26, n. 4, p. 325–340, 1987. Citado na página 63.
- HUDDY, L.; TERKILDSEN, N. The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. *Political Research Quarterly*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 46, n. 3, p. 503–525, 1993. Citado na página 7.

- HUTCHINGS, V. L.; VALENTINO, N. A. The centrality of race in american politics. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, Annual Reviews, v. 7, p. 383–408, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 46.
- JACKMAN, M. R. The velvet glove: Paternalism and conflict in gender, class, and race relations. Univ of California Press, 1994. Citado na página 14.
- JACOBY, W. G. Is there a culture war? conflicting value structures in american public opinion. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 108, n. 4, p. 754–771, 2014. Citado na página 7.
- JOST, J. T. The end of the end of ideology. *American Psychologist*, American Psychological Association, v. 61, n. 7, p. 651, 2006. Citado na página 7.
- KINDER, D. R.; SANDERS, L. M.; SANDERS, L. M. *Divided by color: Racial politics and democratic ideals*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1996. Citado 3 vezes nas páginas 7, 13 e 14.
- KINDER, D. R.; SEARS, D. O. Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of personality and social psychology*, American Psychological Association, v. 40, n. 3, p. 414, 1981. Citado 5 vezes nas páginas 7, 12, 14, 15 e 44.
- KINDER, D. R.; WINTER, N. Exploring the racial divide: Blacks, whites, and opinion on national policy. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 439–456, 2001. Citado 3 vezes nas páginas 13, 14 e 44.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. [S.l.]: Princeton university press, 1994. Citado na página 24.
- LAMONT, M.; MOLNÁR, V. The study of boundaries in the social sciences. *Annual review of sociology*, Annual Reviews 4139 El Camino Way, PO Box 10139, Palo Alto, CA 94303-0139, USA, v. 28, n. 1, p. 167–195, 2002. Citado na página 63.
- LOVEMAN, M. Making "race" and nation in the united states, south africa, and brazil: Taking making seriously. *Theory and Society*, Springer, v. 28, n. 6, p. 903–927, 1999. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 18.
- LUPIA, A. Shortcuts versus encyclopedias: Information and voting behavior in california insurance reform elections. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 88, n. 1, p. 63–76, 1994. Citado na página 7.
- MCCLERKING, H. K.; MCDANIEL, E. L. Belonging and doing: Political churches and black political participation. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 26, n. 5, p. 721–734, 2005. Citado na página 13.
- MCCONAHAY, J. B. Self-interest versus racial attitudes as correlates of anti-busing attitudes in louisville: Is it the buses or the blacks? *The Journal of Politics*, Southern Political Science Association, v. 44, n. 3, p. 692–720, 1982. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 14.
- MONDAK, J. J. et al. Personality and civic engagement: An integrative framework for the study of trait effects on political behavior. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 104, n. 1, p. 85–110, 2010. Citado na página 7.

- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. [S.l.]: Editora Vozes, 1999. Citado na página 12.
- MUNIZ, J. O. Preto no branco? mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, v. 55, n. 1, 2012. Citado na página 44.
- PAGER, D. Medir a discriminação. *Tempo Social*, SciELO Brasil, v. 18, n. 2, p. 65–88, 2006. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 63.
- PEREIRA, A. A. O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no brasil (1970-1995). *Niterói: UFF/ICHF, Tese de Doutorado em História Social*, 2010. Citado na página 11.
- PORTO, N. Comunidades raciais no brasil: uma análise dos efeitos de raças e classe nas atitudes raciais dos brasileiros. *Programa de pos-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais*, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 8, 15 e 46.
- PORTO, N.; FUKS, M.; MUNIZ, J. O. Nem tão preto e branco: explicando as atitudes dos pardos no brasil. *ANPOCS*, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 8, 15 e 46.
- REEVES, K. *Voting hopes or fears?: White voters, black candidates & racial politics in America*. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 1997. Citado na página 13.
- SANBONMATSU, K. Gender stereotypes and vote choice. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 20–34, 2002. Citado na página 7.
- SCHUMAN, H. et al. *Racial attitudes in America: Trends and interpretations*. [S.l.]: Harvard University Press, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 13 e 14.
- SEARS, D. O. Symbolic racism. In: *Eliminating racism*. [S.l.]: Springer, 1988. p. 53–84. Citado 5 vezes nas páginas 7, 12, 14, 15 e 44.
- SEARS, D. O.; KINDER, D. R. *Racial tension and voting in Los Angeles*. [S.l.]: Institute of Government and Public Affairs, University of California, 1971. v. 156. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 14.
- SEARS, D. O. et al. Is it really racism?: The origins of white americans’ opposition to race-targeted policies. *The Public Opinion Quarterly*, JSTOR, v. 61, n. 1, p. 16–53, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 7 e 14.
- SEN, M.; WASOW, O. Race as a bundle of sticks: Designs that estimate effects of seemingly immutable characteristics. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 19, p. 499–522, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 63.
- SIDANIUS, J.; PRATTO, F. *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2001. Citado na página 14.
- SIGELMAN, C. K. et al. Black candidates, white voters: Understanding racial bias in political perceptions. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 243–265, 1995. Citado na página 13.
- SILVA, D. F. D. Facts of blackness: Brazil is not quite the united states... and racial politics in brazil? 1. *Social Identities*, Taylor & Francis, v. 4, n. 2, p. 201–234, 1998. Citado 3 vezes nas páginas 10, 11 e 12.

- SILVA, G. M. After racial democracy: Contemporary puzzles in race relations in Brazil, Latin America and beyond from a boundaries perspective. *Current Sociology*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 64, n. 5, p. 794–812, 2016. Citado na página 10.
- SIMÕES, S.; JERONYMO, M. Quem é negro no Brasil? identidade racial e sistemas de classificação em uma sociedade miscigenada. *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*, Editora UFMG, p. 119–138, 2007. Citado na página 63.
- SMITH, R. C.; SELTZER, R. *Contemporary controversies and the American racial divide*. [S.l.]: Rowman & Littlefield Publishers, 2000. Citado na página 13.
- SNIDERMAN, P. M.; CARMINES, E. G. Reaching beyond race. *PS: Political Science & Politics*, Cambridge University Press, v. 30, n. 3, p. 466–471, 1997. Citado na página 14.
- SNIDERMAN, P. M. et al. The new racism. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 423–447, 1991. Citado 2 vezes nas páginas 14 e 44.
- TATE, K. *From protest to politics: The new black voters in American elections*. [S.l.]: Harvard University Press, 1994. Citado na página 13.
- TELLES, E. E. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. [S.l.]: Princeton University Press, 2004. Citado 3 vezes nas páginas 7, 10 e 11.
- TURGEON, M.; CHAVES, B. S.; WIVES, W. W. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 20, n. 3, p. 363–376, 2014. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 15.
- VIDIGAL, R. L. B. d. P. Opinião pública sobre ações afirmativas: efeitos do afeto racial, estratificação social, predisposições políticas e conhecimento político na visão dos brancos. 2016. Citado 3 vezes nas páginas 8, 15 e 46.
- WALTON, H.; SMITH, R. C.; WALLACE, S. L. *American politics and the African American quest for universal freedom*. [S.l.]: Taylor & Francis, 2017. Citado na página 13.
- WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011. APÊNDICES, 2011. Citado na página 57.

Apêndices

APÊNDICE A – Análises mais robustas dos dados das Universidades

As análises que seguem nesse apêndice originalmente pertenciam ao texto principal da dissertação. São análises mais robustas rodadas em cima dos dados coletados nas Universidades Federais. Estas análises foram retiradas do texto principal, para facilitar o comparativo entre os dois contextos analisados nessa dissertação.

Os parágrafos seguintes trazem o tratamento dos dados utilizados nessa análise mais robusta bem como os resultados encontrados.

Os dados coletados pelos questionários aplicados na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram todos agrupados em um único banco de dados, tendo sido criada uma variável *dummy* para identificar a UFBA e a UFMG, afim de captar algum efeito de contexto.

A primeira variável de identificação racial, que foi captada da mesma forma que o IBGE capta, foi tratada da seguinte forma: foram retiradas as pessoas que se classificaram como indígena e amarelos, por serem uma parcela muito pequena dos entrevistados, e foi criada uma *dummy* para pardo e uma *dummy* para preto, isso é, a variável “pardo” recebeu o valor de 1 para quem se classificou como pardo, e zero para quem se classificou como preto ou branco, o mesmo aconteceu na variável “preto”: quem se classificou como preto recebeu o valor de 1, e quem se classificou como pardo ou branco recebeu o valor de 0. A categoria de referência são os brancos .

A segunda variável de identificação, denominada de identificação subjetiva, classificou os entrevistados em dois grupos: negros e brancos. Essa dissertação irá analisar aqueles que se classificaram apenas em um dos dois grupos, tendo como controle os que se classificaram em mais de um. Assim foi criada uma *dummy* para cada uma dessas identificações.

A variável sobre gênero foi codificada como variável *dummy* sendo que mulher recebeu o valor de 0 e homem recebeu o valor 1.

As variáveis dependentes, que são as perguntas realizadas aos entrevistados, foram todas codificadas de 0 a 3, sendo que o valor de 0 é referente a “discordo muito” e o valor de 3 é referente a “concordo muito”. [Ansolabehere, Rodden e Snyder 2008] comprovam estatisticamente, que quando analisamos a opinião dos entrevistados baseado apenas em uma questão, os resultados podem ser afetados mais fortemente por erros de mensuração da pergunta, gerando inconsistência quando replicamos alguns estudos, problema esse que

pode ser abrandado quando agregamos essas perguntas em um índice.

Dessa forma, foi realizado o teste de alpha de Cronbach que foi utilizado para medir a confiabilidade do tipo de consistência interna do índice criado, ou seja, para avaliar a magnitude em que os itens desse índice estão correlacionados.

Segundo [Favero e Fávero 2017]:

[...] a estatística alpha (ou alpha de Cronbach) é uma medida utilizada para avaliar a consistência interna das variáveis de um banco de dado, ou seja, é uma medida do grau de confiabilidade (*reability*) com a qual determinada escala, adotada para a definição das variáveis originais, produz resultados consistentes sobre a relação dessas variáveis... o alpha de Cronbach pode ser utilizado para se avaliar a fidedignidade com a qual um fator pode ser extraído a partir dessas variáveis[...]

Assim, o alpha de Cronbach é uma medida que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a correlação entre as variáveis, e quanto mais próximo de zero, menor. Fávero e Belfiore (2015) afirmam que, apesar de não ter consenso na literatura, é interessante que o resultado obtido seja maior que 0.6. Para o primeiro índice, denominado de “Valores Positivos das Cotas”, o alpha de Cronbach teve um valor de 0.81, bem acima do valor satisfatório de 0.6. Isso significa que ocorre consistência nos valores das variáveis e que podemos extrair um fator dessas variáveis.

Além disso, foi realizada uma análise fatorial que realizou uma correlação de Pearson entre o fator retirado das três perguntas e sua correlação com cada uma das perguntas. A tabela abaixo mostra o quanto esse fator explica a variação de cada item incluído no índice.

Tabela 3 – Variável e Carga Fatorial do Fator 1 retirado – Cotas Positivo

Variável	Carga Fatorial
A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a corrigir um erro do passado	0.74813
A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira	0.78286
A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades ajuda a melhor redistribuir as riquezas do Brasil	0.78336

Para o segundo índice, denominado de “Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais”, o alpha de Cronbach teve um valor de 0.72, também um valor satisfatório,

indicando a possibilidade de extrair um fator dessas variáveis. A tabela abaixo traz a carga fatorial para cada variável do segundo índice.

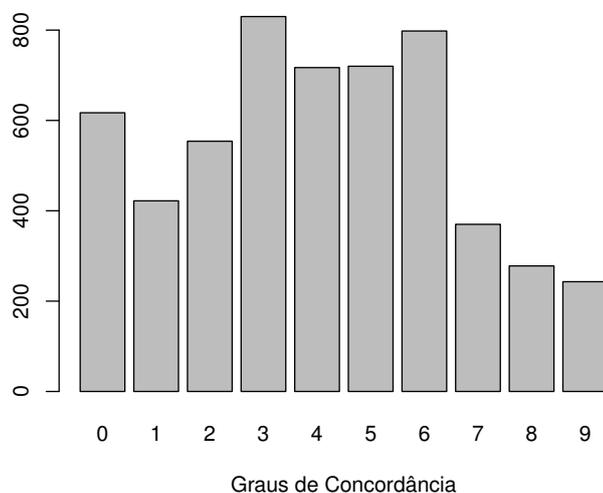
Tabela 4 – Variável e Carga Fatorial do Fator 1 retirado – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais

Variável – Carga Fatorial	
As políticas afirmativas como a reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades é uma "importação" de política pública dos Estados Unidos que não se adequam à realidade brasileira	0.62553
A reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades gera racismo num país de paz racial	0.64277
Todos os Brasileiros, independentemente de sua cor ou raça, compartilha a norma de vencer na vida pelo esforço individual	0.76261

Uma análise interessante que corrobora a divisão desses dois grupos entre, “Valores Positivos das Cotas” e “Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais”, é que quando medimos o alpha de Cronbach entre esses dois índices, a correlação entre eles tem o valor negativo, significando que aqueles que suportam valores meritocráticos e negam as desigualdades raciais no Brasil, no caso das universidades, não reconhecem os valores positivos das cotas, e vice versa.

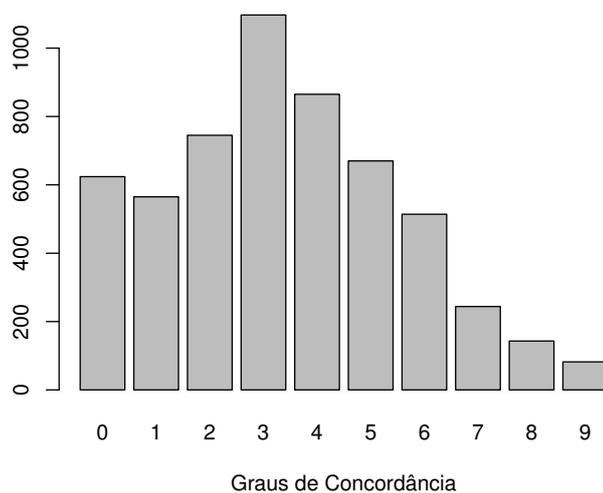
Assim, após os testes de robustez, foram criado dois índices somando-se três variáveis em cada um deles, conforme as tabelas acima. Ao realizar a soma dos valores das três perguntas, obtêm-se um índice que varia de 0 a 9, sendo que é possível considerar que essa variável dependente, representada pelo índice, seja uma variável muito próxima de uma variável contínua que mede graus de apoio aos valores positivos das cotas raciais. A distribuição do primeiro índice, chamado de “Valor Positivo das Cotas” está representada na figura 9.

Figura 9 – Distribuição das opiniões - Cotas Positivo



A distribuição do segundo índice, chamado de “Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais” está representada na figura 10.

Figura 10 – Distribuição das opiniões - Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais



Por se tratarem de variáveis que se aproximam de variáveis contínuas o modelo econométrico que melhor se adequa a análise é o de regressão linear múltipla, onde o estimador utilizado é o dos mínimos quadrados ordinários (MQO), que se apresenta como o estimador que escolhe as estimativas que minimizam a soma dos quadrados dos resíduos [Wooldridge 2011], e que sob as quatro hipóteses da regressão linear múltipla (linearidades

dos parâmetros, amostragem aleatória, colinearidade não perfeita e média condicional zero) se apresenta como um estimador não-enviesado.

Dessa forma, temos o seguinte modelo para explicar a variação nos graus de apoio aos valores positivos das cotas:

$$\text{ÍndiceValorPositivoDasCotas} = \beta_0 + \beta_1 \text{homem} + \beta_2 \text{pardo} + \beta_3 \text{preto} + \beta_4 \text{ufba} + \beta_5 \text{ufmg} + \epsilon$$

O modelo econométrico utilizado para o segundo índice também foi o mesmo apresentado anteriormente, mudando apenas a variável dependente, que agora é graus de apoio à meritocracia e à negação das desigualdades raciais.

Em relação à classificação racial subjetiva o modelo aplicado foi o mesmo do anterior, porém com mudança nas variáveis que identificam a raça. Ao invés de uma variável *dummy* para pardo e outra para preto, no lugar usou-se uma variável *dummy* para quem se classificou apenas como branco e outra para quem se classificou apenas como negro.

Para saber especificamente o efeito da raça sobre os graus de apoio aos índices, foi calculado o efeito marginal das variáveis de classificação racial sobre a variável dependente, mantendo o valor estimado das demais variáveis em suas médias. Esse cálculo foi realizado duas vezes para cada modelo, onde verifica-se o efeito na variável dependente, caso todos os respondentes fossem pardos (brancos) e caso todos os respondentes fossem pretos (brancos). O mesmo foi realizado para a segunda forma de classificação racial.

Para facilitar a interpretação dos resultados, essa dissertação agrupou os graus de apoio segundo o método de otimização de Jenks, também conhecido como, método de classificação de Jenks de quebras naturais. Essa técnica é um método de agrupamento de dados projetado para determinar a melhor organização de valores em classes diferentes. Isso é feito buscando minimizar o desvio médio de cada classe da média da classe, enquanto maximiza o desvio de cada classe das médias dos outros grupos. Em outras palavras, o método procura reduzir a variação dentro das classes e maximizar a variação entre as classes [Girardi 2008].

Assim, para o primeiro índice temos as seguintes classes:

Tabela 5 – Classes para o Índice - “Cotas Positivo”

Valores	Classe
De 0 a 1	Discordo Muito
De 2 a 4	Discordo
De 5 a 6	Concordo
De 7 a 9	Concordo Muito

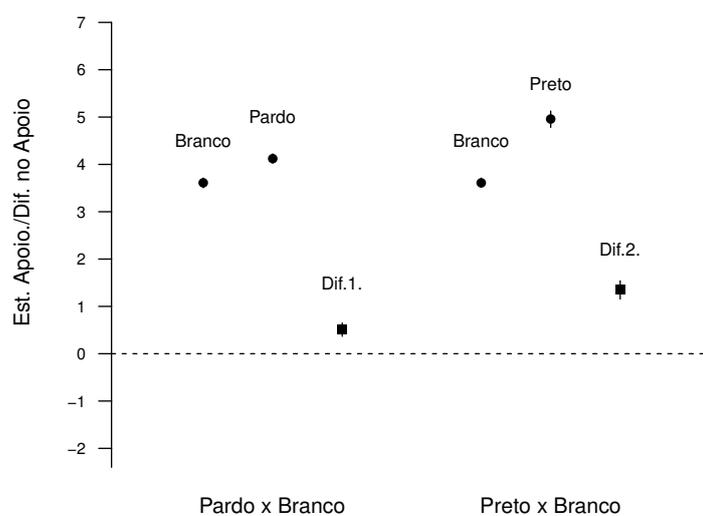
Para o segundo índice, temos as seguintes classes:

Tabela 6 – Classes para o Índice - “Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais”

Valores	Classe
De 0 a 1	Discordo Muito
De 2 a 3	Discordo
De 4 a 5	Concordo
De 6 a 9	Concordo Muito

Os resultados encontrados após a análise dos dados, confirmam parte das hipóteses levantadas nas seções anteriores. A figura 11, traz o resultado do efeito marginal das raças, com intervalos de confiança de 95%, nos graus de apoio aos enunciados que valorizam positivamente as cotas, afirmando que as cotas ajudam a corrigir um erro do passado, ajudam a representar a diversidade da sociedade e ajudam a melhor distribuir a riqueza no Brasil.

Figura 11 – Valor Positivo das Cotas - Universidades



Ao realizar a regressão, utilizando os métodos dos mínimos quadrados ordinários, o valor da variável dependente, controlando pelas variáveis explicadas na seção anterior, seria de 4.02. Pode-se, assim, interpretar o gráfico acima da seguinte forma: o efeito marginal da raça branco, na estimativa de apoio ao índice criado “Valor Positivo das Cotas”, o afeta de tal forma que seu valor seria de 3.61, menor do que a estimativa encontrada anteriormente.

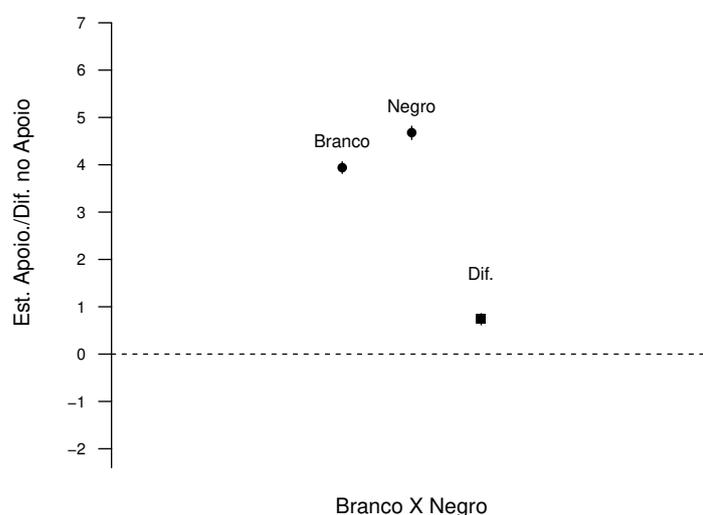
Utilizando as classes criadas com as quebras naturais de Jenks, podemos afirmar que o valor encontrado está contido na classe “Discordo”, que compreende os valores da variável dependente de 2 a 4, para o caso desse indicador. Já o efeito marginal da raça pardo, faz com que a variável dependente assumira um valor de 4.12, um valor 0.51 maior

do que o valor assumido no caso da raça branco. Esse aumento é pequeno tendo em vista o tamanho da escala (variação de 5%), e também por aproximação, mantém a variável dependente na classe “Discordo”. Essa variação é estatisticamente significativa, a um nível de confiança de 95%, tendo em vista que o intervalo de confiança da “Dif.1” não inclui o valor 0, ou seja, caso realizamos essa mesma estimação repetidas vezes, há a probabilidade de 95% das vezes os valores estarem contidos nesse intervalo apresentado.

Analisando o efeito marginal da raça branco e preto, temos uma diferença maior do que em relação aos pardos. O efeito marginal da raça preto, sobre a variável dependente, faz com que essa assuma um valor de 4.9, 1.29 pontos maior do que no caso da raça branca (variação de 14,3%) e estatisticamente significativa ao nível de 95%. Por aproximação, podemos afirmar que houve uma mudança de classe, saindo da classe “Discordo” para o caso dos brancos e indo para a classe “Concordo” (que compreende valores de 5 a 6) para o caso dos pretos. Essa diferença do efeito da raça, apesar de ter uma magnitude de tamanho médio para pequeno, foi capaz de gerar mudanças substanciais no valor da variável dependente, e não apenas uma mudança estatisticamente significativa, como no caso dos pardos.

O gráfico da figura 12 traz a comparação quando utilizamos a forma de classificação subjetiva da raça.

Figura 12 – Valor Positivo das Cotas - Universidades



Podemos interpretar o gráfico acima da mesma forma feita no gráfico anterior. O efeito marginal da raça branco faz com que a variável dependente assuma um valor de 3.9, maior do que o efeito da mesma raça quando utilizada a forma de classificação do IBGE. Já o efeito da raça negro, faz a variável dependente assumir o valor de 4.7, 0.8 graus maior que o efeito dos brancos (9% em relação ao tamanho da escala). A diferença é pequena

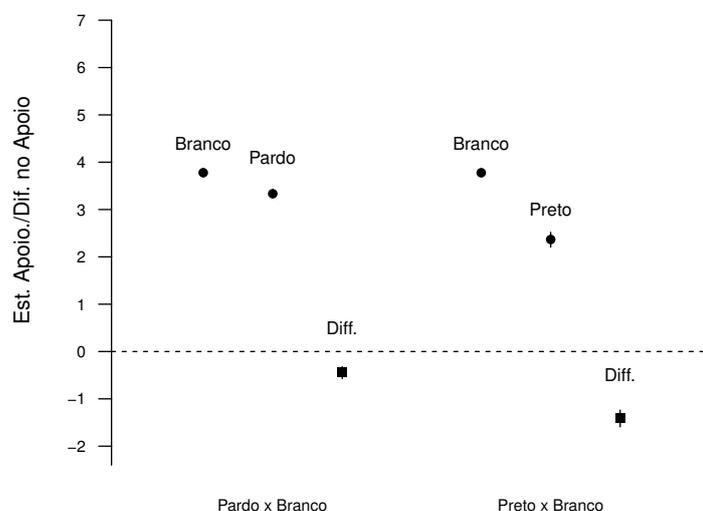
entre o efeito das duas raças, porém suficiente para fazer a variável dependente mudar de classe, arredondando o valor de 4.7 para cima. Assim temos que o efeito das raças, quando utilizadas a classificação subjetiva, faz com que a variável dependente assuma duas classes diferentes “Discordo” (brancos) e “Concordo”(negros).

Comparando com o efeito da raça pardo e da raça preto, o efeito da raça negro faz a variável dependente assumir valor intermediário entre os dois, 4.12 dos pardos, 4.7 negros e 4.9 pretos, porém se aproximando mais do efeito da raça preto.

Agora se analisará o efeito marginal das raças sobre o segundo indicador criado: “Meritocracia e Negação da Desigualdade Racial”, que agrupou perguntas que as cotas são uma importação de políticas públicas dos EUA que não se adequam à realidade brasileira, que as cotas geram racismo em um país de paz racial e que todos os brasileiros independentemente da raça, compartilha da norma de vencer pelo esforço individual.

O gráfico da figura 13 traz os efeitos marginais calculados.

Figura 13 – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais - Universidades



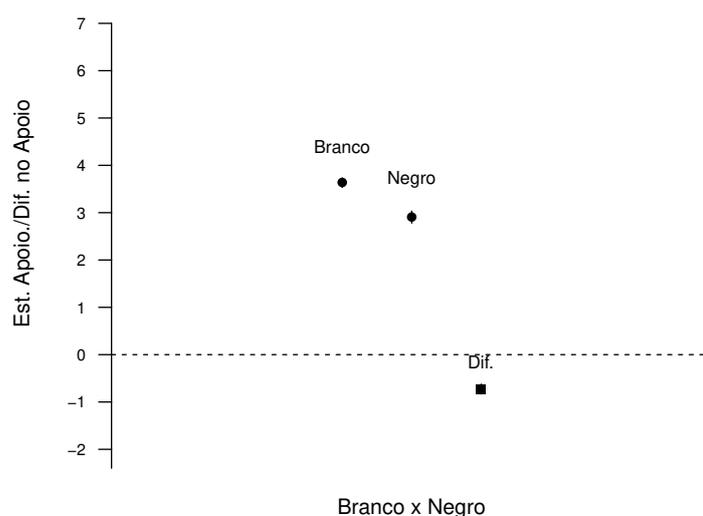
Como pode-se observar, os comportamentos dos efeitos marginais das raças são semelhantes aos efeitos no primeiro índice analisado, porém em direção oposta, isso pardos e pretos tendem a discordar mais do que concordar com esse índice, pois apresentam enunciados relativamente contrárias aos do primeiro índice. Também pode-se observar que o efeito da raça pardo é intermediário entre os pretos e os brancos.

Enquanto o efeito da raça branco faz a variável dependente assumir o valor de 3.7, o efeito da raça pardo faz ela assumir o valor de 3.3, 0.4 menor do que os brancos (4%, em relação ao tamanho da escala). Quando comparamos com os pretos, a variável dependente assume o valor de 2.3, 1.4 menor do que o efeito da raça branco (16%, em

relação ao tamanho da escala). Todas as diferenças são estatisticamente significantes em um intervalo de confiança ao nível de 95%. Quando utilizamos as classes obtidas pelas quebras naturais de Jenks, podemos notar que no primeiro caso (Branco x Pardo), a variável dependente se encontra em classes diferentes, “Concordo” para o efeito da raça branco e “Discordo” para o efeito da raça pardo. Em relação ao segundo caso (Branco x Preto), as classes também são diferentes: “Concordo” (brancos) e “Discordo” (pretos). Apesar de estarem na mesma classe, o efeito marginal da raça preto é maior do que da raça pardo (11%) em relação ao tamanho da escala. E também apesar de estarem em classe diferentes, podemos considerar as diferenças de pequena para média (maior diferença de 16%, dos pretos em relação aos brancos).

O gráfico da figura 14 traz os efeitos marginais calculados para mesma variável dependente para forma de classificação racial subjetiva.

Figura 14 – Meritocracia e Negação das Desigualdades Raciais - Universidades



Em relação ao efeito marginal da raça branca subjetiva, a variável dependente assume o valor de 3.6, e o efeito marginal da raça negro faz ela assumir o valor de 2.9, 0.7 pontos menor (8% em relação ao tamanho da escala). Essa diferença é pequena, e significativa a intervalo de confiança de 95%, porém suficiente para alterar as classes em relação as quebras naturais de Jenks. Enquanto que o efeito da raça branca subjetiva, faz a variável dependente ficar na classe “Concordo”, o efeito da raça negro faz com que essa variável fique na classe “Discordo”.

Como é possível observar, a raça negro novamente possui um efeito marginal entre os valores que a variável dependente assume quando calculado o efeito marginal da raça pardo e preto: 2.3 (preto); 2.9 (negro) e 3.3(pardo).

[Hogg e Turner 1987] [Sen e Wasow 2016] [Pager 2006] [Simões e Jeronymo 2007]
[Lamont e Molnár 2002]